

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS GEOPOLÍTICAS NA POLÍTICA EXTERNA DOS
ESTADOS UNIDOS E NO CONTROLE DA OTAN.

Luiz Felipe de Léo Spadim

Prof(o).Dr. José Gilberto de Souza.

Rio Claro (SP)

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

LUIZ FELIPE DE LEO SPADIM

A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS GEOPOLÍTICAS NA POLÍTICA
EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E NO CONTROLE DA
OTAN

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP
2023

S732i

Spadim, Luiz Felipe de Leo

A influência das teorias geopolíticas na política externa dos Estados Unidos e no controle da OTAN / Luiz Felipe de Leo Spadim. -- Rio Claro, 2023

57 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: José Gilberto de Souza

1. Geopolítica. 2. Estado. 3. Política externa. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUIZ FELIPE DE LÉO SPADIM

A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS GEOPOLÍTICAS NA POLÍTICA EXTERNA
DOS ESTADOS UNIDOS E NO CONTROLE DA OTAN

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

Dr. José Gilberto de Souza (orientador)

Dr. Fabrício Gallo

Me. Leandro Renato Monerato

Rio Claro, 13 de Dezembro de 2023.



Assinatura do(a) aluno(a)



assinatura do(a) orientador(a)

RESUMO

Dentro da geografia, o conceito de Estado está inteiramente relacionado à definição de território, base da geopolítica e da geografia política. A geopolítica se preocupa com as questões da disputa pelo poder no cenário mundial, enquanto a geografia política foca na reflexão das características e das informações referentes à política de Estado. Nesse contexto, compreende-se o surgimento de duas teorias: *Heartland* e *Rimland*, sendo ambas advindas da expressão “Área Pivot”, criada por Mackinder. Para este, é considerado *Heartland* a região euroasiática localizada entre a Ásia Central, a Europa Ocidental e o Oceano Pacífico, um lugar autossustentável, impenetrável e de fácil deslocamento terrestre. A teoria de *Rimland* foi sugerida por Spykman para complementar a de *Heartland*, pensando na política externa estadunidense. Bem como os dois, outros estrategistas foram fundamentais para a ascensão norte-americana sobre o mundo, como Mahan – cujo raciocínio influenciou as teorias – e Haushofer. Sob esse viés, o presente trabalho tem como objetivo analisar a influência das teorias *Heartland* e *Rimland* na política externa dos Estados Unidos e nas invasões no Iraque e no Afeganistão a partir dos conceitos apresentados de geopolítica e geografia política, baseando-se nas obras de Luiz Alberto Moniz Bandeira. A princípio, analisou-se os conceitos de poder e território e apresentou-se as estratégias geopolíticas dos estrategistas mencionados. Após, considerou-se relevante compreender a ascensão norte-americana, sua geopolítica, a criação da OTAN e o funcionamento do mercado militar dos Estados Unidos para discutir as invasões estadunidenses sobre o Afeganistão e o Iraque. A partir disso, concluiu-se que, tentando garantir o monopólio do poder mundial, os Estados Unidos começaram a desenvolver a sua indústria e economia a partir da 1ª Revolução Industrial. Nesse processo, a teoria geopolítica de Mahan foi fundamental para a organização de seu poder ao longo da história, especialmente com a criação da OTAN e a adoção de uma política intervencionista. A partir disso, os Estados Unidos começaram a realizar intervenções militares no Oriente Médio para aumentar a sua dominação nos países próximos à União Soviética, evitando, assim, o fortalecimento de nações do continente asiático e rivais europeus, aumentando a disputa pelo poder com a Rússia bem como os gastos militares.

Palavras-chave: Geopolítica; Geografia Política; Estado; Heartland; Rimland; Estados Unidos; Invasões.

ABSTRACT

Within geography, the concept of State is entirely related to the definition of territory, the basis of geopolitics and political geography. Geopolitics is concerned with issues of the dispute for power on the world stage, while political geography focuses on reflecting on the characteristics and information relating to State policy. In this context, we understand the emergence of two theories: Heartland and Rimland, both arising from the expression "Pivot Area", created by Mackinder. For this, the Heartland is considered the Eurasian region located between Central Asia, Western Europe and the Pacific Ocean, a self-sustainable, impenetrable place with easy land travel. Rimland's theory was suggested by Spykman to complement Heartland's, thinking about American foreign policy. As well as the two, other strategists were fundamental to the North American rise over the world, such as Mahan – whose reasoning influenced the theories – and Haushofer. Under this bias, the present work aims to analyze the influence of the Heartland and Rimland theories on the foreign policy of the United States and on the invasions of Iraq and Afghanistan based on the presented concepts of geopolitics and political geography, based on the works of Luiz Alberto Moniz Bandeira. Initially, the concepts of power and territory were analyzed and the geopolitical strategies of the aforementioned strategists were presented. Afterwards, it was considered relevant to understand the rise of the United States, its geopolitics, the creation of NATO and the functioning of the United States military market to discuss the American invasions of Afghanistan and Iraq. From this, it was concluded that, trying to guarantee a monopoly on world power, the United States began to develop its industry and economy from the 1st Industrial Revolution onwards. In this process, Mahan's geopolitical theory was fundamental to the organization of his power throughout history, especially with the creation of NATO and the adoption of an interventionist policy. From this point on, the United States began to carry out military interventions in the Middle East to increase its domination in countries close to the Soviet Union, thus avoiding the strengthening of nations on the Asian continent and European rivals, increasing the dispute for power with Russia. as well as military spending.

Keywords: Geopolitics; Political Geography; State; Heartlands; Rimland; U.S. Invasions.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. PODER: CONCEITO E PRINCIPAIS ESTRATEGISTAS	11
2.1 O que é poder?	11
2.1.1 Friedrich Ratzel	13
2.1.2 Alfred Mahan	14
2.1.3 Mackinder	19
2.1.4 Haushofer	24
2.1.5 Spykman	28
3. OS ESTADOS UNIDOS E O PODER MUNDIAL	34
3.1 Ascensão norte-americana	34
3.2 A Geopolítica Americana	37
3.2.1 A OTAN	47
3.2.2 O mercado militar estadunidense	49
4. CONCLUSÃO	52
5. REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

A Geografia se constitui em uma ciência de ampla envergadura conceitual, metodológica e a partir da qual os diversos fenômenos espaciais são analisados. Embora sempre exista um debate acerca do objeto específico da Geografia, para Souza (2023) essa questão virou um fantasma positivista. Este “fantasma ou a dispersão epistemológica não está sobre a indefinição do objeto da Geografia, mas a busca de definição é o próprio fantasma e tergiversação epistemológica desta Ciência”, pois para o autor a questão central não se coloca para o objeto, mas para a realidade, para os fenômenos que são analisados pela ciência geográfica a partir de uma particularidade de análise, ou seja, a propriedade espacial dos fenômenos, e não o espaço em si.

Neste plano conceitual o fenômeno da relação entre política e espaço ou a realidade geopolítica na Geografia, classicamente teve como centralidade epistêmica, ou categoria central o Estado – unidade política de território -, sendo um tema obrigatório em qualquer publicação específica de estudo na área, conforme apresenta Karol (2013), seja em geopolítica ou em geografia política.

Por sua vez, esta leitura clássica da Geografia, da Geografia Política, especificamente, sempre teve como ponto central considerar a dimensão do poder como prerrogativa do Estado. Raffestin (1993) em seu seminal trabalho “Por uma geografia do poder”, apresentou uma perspectiva relacional que culmina em uma abordagem específica do território. Essa desconstrução da Geografia Política Clássica constituída por Raffaestin, segundo Fulino e Souza (2021) trata-se de um posicionamento substancial na composição do seu pensamento geográfico, uma vez que nele estão contidos os fundamentos que alicerçaram a crítica às perspectivas morfofuncionais e permitiu a estruturação das bases teóricas de sua problemática relacional do poder.

Por sua vez alguns estudos ainda apresentam a geopolítica como um subproduto da geografia política, ressaltando a importância em encontrar os pontos em comum entre as duas. Sobre isso, é possível citar o Estado, que tem relação direta com o conceito de território. Todavia, apesar de ambas se basearem na questão de “território” e, conseqüentemente, de “poder” de um Estado ou nação, ao nos

aprofundarmos nas principais teorias geopolíticas da história, será possível observar que há conceitos distintos entre geopolítica e geografia Política.

Voltando nosso debate para as diferenças, essas mais discrepantes, percebemos que elas se concentram em como as duas vão estudar o território e o poder.

O termo “geopolítica” foi citado em 1905, primeiramente, por Rudolf Kjellén, inspirado por Friedrich Ratzel, em seu artigo denominado “As grandes potências”, que estuda o poderio de cada grande nação da época. Pela data, é possível entender que vários geopolíticos analisaram todo o poder mundial antes mesmo da criação desse termo, como é o caso de Mackinder e Mahan, que serão analisados posteriormente nesse artigo.

Geopolítica, portanto, tem ligação com as disputas de poder no cenário mundial, não podendo ser considerada uma vertente exclusiva da geografia, mas uma complementação no que diz respeito à dominação de Estados.

Para Vesentini (2001), a geopolítica se preocupa com as questões da disputa pelo poder mundial, além de analisar as melhores estratégias para conseguir atingir essa grandeza e de apontar o Estado como uma forte potência – e o porquê disso.

A partir da metade do século XX a geopolítica passou por um período de grande expansão em decorrência das duas guerras mundiais, mas caiu no ostracismo no pós-guerra, em 1945, voltando apenas na década de 70, quando passou a ser compreendida como uma área de estudo interdisciplinar.

Por outro lado, ao analisarmos a definição de geografia política, percebe-se que houve várias alterações no decorrer dos séculos. Em 1897, ela era conceituada como a vertente da geografia que estuda as relações entre o solo e Estado. A partir de 1967, porém, passou a ser entendida como a disciplina que se atenta às relações internas e externas do Estado.

Atualmente, a geografia política vai focar na reflexão das características e das informações referentes à política de Estado – território, fronteiras, posição, recursos, população -, e das relações entre poder e espaço, sendo entendida como o estudo geográfico ou espacial da política e não mais como um estudo genérico (em todas as suas características) dos Estados ou países, como era feito anteriormente, quando

tinha como objetivo a análise das informações sobre os Estados, como: rios, montanhas, principais cidades, clima, etc.

Vale ressaltar, ainda, mais duas diferenças principais. A primeira é que a geopolítica é dinâmica, ou seja, ela se transforma e se adapta ao contexto – podendo ser comparada com um filme –, enquanto a geografia política é uma ciência estática, sendo assim, ela dificilmente poderá sofrer transformações – podendo ser comparada com uma fotografia. A segunda é que a geopolítica é uma pseudociência dotada de ideologias, tanto que foi um grande instrumento para o nazismo, fascismo e para os Estados totalitários, enquanto que a geografia política seria uma ciência por sua própria essência.

Alguns autores afirmam que a geopolítica pode ser considerada um empobrecimento ou esvaziamento do discurso de geografia política desenvolvido por nomes importantes da geografia, como indica Fugulin (2020). De outra forma, Souza e Camargo (2019) apontam que a diferença entre as duas partes de uma visão teoria *versus* prática, sendo a geografia política a primeira e geopolítica a segunda. Por isso, cada vertente deve ser entendida como elemento único.

A respeito disso, duas teorias surgiram: *Heartland* e *Rimland*. Para falar sobre ambas, inicialmente, é necessário entendermos o que é a “Área Pivot”, um dos principais pilares da teoria de Mackinder.

A área Pivot, que mais tarde (em 1904) daria origem à *Heartland*, segundo Mackinder, localiza-se na Eurásia e era a chave para uma nação conseguir exercer um controle territorial e, conseqüentemente, influenciar todo o planeta com suas decisões. Essa região consiste em um território amplo da Eurásia, instalado entre a Ásia Central, a Europa Ocidental e o Oceano Pacífico. Do ponto de vista estratégico, é possível ressaltar que seu relevo é plano, logo, permite rápidos deslocamentos via terrestre.

Do ponto de vista geográfico, podemos afirmar que esse local é praticamente impenetrável, pois é dominada por desertos e montanhas, que acabam por “protegê-lo” de invasões estrangeiras.

Do ponto de vista econômico, a região é considerada autossuficiente em fontes de energia e reservas minerais, além de possuir um solo muito fértil para a

sustentação de toda a população. De forma mais simples e geral, a área pode ser definida como autossustentável, visto sua riqueza de recursos naturais, e imune às invasões.

Já a teoria de *Rimland* foi sugerida por Spykman, em 1944, para complementar a de *Heartland*, embasando, de modo geopolítico, a política externa estadunidense em relação à expansão nazista na Europa e ao imperialismo do Japão no Pacífico. Para o autor, essa estratégia consistia em colocar os EUA em atuação na Eurásia a fim de conseguir um equilíbrio entre o ocidente e o oriente da Eurásia, fator que influenciou o posicionamento dos Estados Unidos frente à Guerra Fria contra a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Sobre as duas teorias apresentadas, cabe ressaltar que foram baseadas na geoestratégia apresentada por Mahan, nos Estados Unidos.

Mahan desenvolveu estudos e uma linha de raciocínio que alertava os Estados Unidos sobre a Inglaterra. Suas teses e seus pensamentos mostravam que a Inglaterra era um país que conseguia atender todos os requisitos para desenvolver e ampliar o seu poder marítimo. Juntamente a esse alerta, o estudioso enxergava os norte-americanos como os sucessores dos britânicos na questão marítima.

Com base no exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a influência das teorias Heartland e Rimland na política externa dos Estados Unidos e nas invasões no Iraque e no Afeganistão a partir dos conceitos apresentados de geopolítica e geografia política. Para isso, Luiz Alberto Moniz Bandeira foi estudado, a fim de entender as estratégias de Alfred Mahan, Halford John Mackinder, Karl Ernst Nikolaus Haushofer e Nicholas J. Spykman.

Para compreender com maior veemência, o estudo aqui apresentado baseia-se na geopolítica dos Estados Unidos, bem como em sua ascensão, até a criação da OTAN e as invasões realizadas pelo país da América do Norte.

2. PODER: CONCEITO E PRINCIPAIS ESTRATEGISTAS

2.1 O que é poder?

A geografia possui várias vertentes importantes nos dias atuais, como a política, a econômica e a militar. Sendo assim, cada uma atenta-se na melhor forma de estudar o espaço geográfico e seus conceitos principais, sendo eles: paisagem, lugar, território e região. É importante ressaltar, porém, que, por conta de sua evolução constante, a geografia adquiriu o espaço geográfico como seu principal objeto de estudo, independente do ramo.

O espaço geográfico, conforme as palavras de Souza (2010), é resultado de uma ação realizada pelo sujeito. Em suma, pode-se consolidá-lo como a representação do trabalho humano, da natureza pensante do homem, a qual “constitui o espaço geográfico em determinado tempo-histórico”.

Ao pensar nisso, valida-se que, para a geografia política, o conceito de território é o que mais merece atenção. Um território é um espaço geográfico delimitado por fronteiras, ou seja, onde o Estado tem influência sobre os seus habitantes. Tal influência consiste no poder que esse tem, não apenas político, mas também de apropriação.

Conforme explica Haesbaert (2004, p.20-21),

“o território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com o poder, mas não apenas ao ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (‘possessão’, ‘propriedade’), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do ‘vivido’, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.”

Seguindo a mesma linha de raciocínio, é possível citar Souza (2010, p. 107), quando este alega que

“o território é sem sobra de dúvidas a primeira maneira de dar significado às relações de poder, ou seja, o território é um primeiro campo, no seio do qual, o poder se articula. Ele não é o único campo, por isso a importância das análises sobre as territorialidades, mas se constitui em um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder e deve ser compreendido por meio de outras categorias de análise, como classe, sistemas de produção, tecnologia, trabalho, identidade, representação, objetivação, intencionalidade, e até mesmo estrutura.”

Logo, para a geografia política, um Estado pode representar o seu poder dentro de seu território de algumas formas, como através de regras, leis e punições.

Dentro da geopolítica, por outro lado, o poder significa toda a influência que um Estado ou uma nação tem em relação ao mundo, ou seja, como um Estado ou nação consegue interferir no mundo para atingir o seu objetivo principal, sendo este o desenvolvimento político e econômico nacional.

Essa influência pode ser representada a partir de várias formas, mas, nesse estudo, vamos focar na questão da dominação e da influência. E nada melhor para relacionar com a dominação do que os movimentos imperialistas no final do século XIX e início do século XX, momentos antes da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918).

O imperialismo foi uma prática muito comum em países como Inglaterra, França, Alemanha, Japão e Estados Unidos. A partir da 2ª Revolução Industrial, houve uma grande necessidade de buscar novos territórios para suprir as suas necessidades. Entre essas necessidades, podemos citar uma incessante busca por: matéria-prima, mão-de-obra e mercado consumidor.

Como resultado disso, esses países realizaram uma dominação cultural e ideológica a países periféricos – principalmente asiáticos, americanos e africanos –, onde conseguiram intervir política e militarmente em outros Estados. Como resultado disso, os países imperialistas conseguiram se destacar e garantiram um desenvolvimento bem mais rápido em relação aos outros.

Na questão da influência, podemos notar que vários países conseguiram aumentar o seu poder mundial a partir do aumento proporcional da sua influência no globo, mesmo não precisando dominar diretamente. Aqui, podemos citar os norte-americanos, que aumentaram a sua influência na Europa a partir da criação da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte – e do incentivo a ditaduras militares nos países do ABC latino – Argentina, Brasil e Chile.

Nesse processo várias teorias centrais foram criadas e revelam como a problemática do poder foi abordada pelos autores. Porém é preciso demarcar que muitas destas contribuições se alicerçam no pensamento de Ratzel sobre a formação do Estado e poder. Observa-se, desse modo, que a lógica do poder estava sob a forma de “domínio territorial”, ou capacidade bélica do Estados Nacionais, frente à possibilidade de incursão sobre o espaço mundial.

As principais teses que são construídas tendo como referência a dimensão de potencialidade e/ou necessidade de “domínio territorial” são os poderes talassocráticos, inicialmente definidos por Alfred Mahan, e telurocráticos incorporados por Mackinder, a partir do qual alguns conceitos são reelaborados e/ou analisados em particular por autores como Haushofer e Spykman. Este último autor, estadunidense de origem holandesa, é também quem irá superar o binômio (terra-mar) pelo conceito de guerra tridimensional: terra, mar e ar.

2.1.1. Friedrich Ratzel e as leis de criação dos estados e o poder

Friedrich Ratzel (1844-1904) é um dos mais importantes nomes da escola clássica alemã de geografia, visto seu destaque em relação aos estudos realizados para as ciências sociais e naturais, fundamentais para a concepção da geografia moderna. O pensador, etnológico e geógrafo alemão também foi precursor do Determinismo e da geopolítica. Portanto, faz-necessário considerar suas teorias acerca do poder e do Estado.

Para ele, para que haja um Estado, é necessário haver um território e fronteiras, constituindo, assim, o que chamamos de geografia política. Ademais, o Estado também não pode existir sem um solo.

Isso tudo infere na questão de criação dos estados e do poder pela lógica de que o homem sem um solo em um determinado território não consegue se manter, havendo, então, uma regressão. Logo, admite-se que o fim da vida se inicia a partir do momento em que o ser humano perde seu território – compreende-se que sem um solo, as pessoas não conseguem produzir, assim, perde-se sua alimentação e habitação, conseqüentemente.

Nesse sentido, considera-se que as pessoas que vivem dentro de um território, formam famílias, clãs e, por conseguinte, o Estado, que depende, também, do grupo econômico que o domina. No entanto, se tal grupo não deseja sair do isolamento é obrigado, então, a iniciar uma luta contra a sociedade em geral, uma vez que “impede o crescimento natural desta”. (RATZEL, 1898/99, P. 97).

Por sua vez, para que uma sociedade se organize, é preciso, naturalmente, do solo e da compreensão do território para que se inicie uma história política. Sobre isso,

Ratzel (1898-99, p. 99) aponta que “uma política verdadeiramente prática tem sempre um ponto de partida na geografia”. E é exatamente o poder que mantém o equilíbrio entre os povos, já que “a aquisição de um território novo, ao obrigar os povos a empreender novos trabalhos, estendendo seu horizonte moral, exerce sobre eles uma ação verdadeiramente libertadora”.

Ainda sobre isso, Florestan Fernandes (1990, p. 150) aponta que nenhum povo é destituído de organização política, sendo assim, o fenômeno “individualismo”, empregado pela sociologia, nunca fez parte de um contexto populacional. Tal afirmação significa que em todos os tipos de sociedades há “ordenamentos políticos”, isto é, a presença de um Estado determinador de leis e comportamentos, afinal, em suas próprias palavras, “os Estados são criados pela comunhão da autoridade dominante”.

2.1.2 Alfred Mahan

Alfred Thayer Mahan (1840 – 1914) foi um importante oficial da marinha do Estados Unidos, onde se tornou um importante geoestrategista. Dentre suas principais obras, podemos destacar: “The influence of Sea Power upon History” (1889), “The Interest of America in Sea Power: Present and Future” (1897) e “The Problem of Asian and Its Effects upon International Policies” (1900).

O seu foco geoestratégico era voltado para o poder marítimo, sobre o qual afirmava que o avanço e o desenvolvimento de um país deveriam ser pautados nele, pois “a forma como um Estado interpreta a utilização do seu espaço marítimo tem relação direta com o seu declínio ou progresso”. (COSTA, 2018, p. 7).

Para entender o pensamento do estrategista, é necessário compreender, primeiramente, a importância que um forte poder marítimo tem sobre uma nação. Para isso, deve-se falar sobre uma corrente política e geográfica denominada “Talossocracia”.

Para essa corrente, o tráfego marítimo era a melhor forma de se conquistar novas regiões e expandir a economia de um país, mesmo que este apresente riscos de roubos e grandes incertezas não explicadas naquelas épocas, pois as vantagens observadas nesse meio de transporte eram mais significativas do que as vantagens

do tráfego terrestre, principalmente pelo baixo índice quantitativo e qualitativo das estradas. (BRAZ, 2021, p. 56).

Para desenvolver o poder marítimo, a nação deveria contar com um desenvolvimento econômico e industrial interno para que, assim, pudesse realizar trocas comerciais com outras nações. Esse sistema de produção serviria para suprir as necessidades internas de um determinado país; já as trocas comerciais serviriam para suprir as necessidades internas deste mesmo país que não foram supridas pela produção interna. Sendo assim, a produção e o comércio interno representavam apenas uma pequena parcela de todo o desenvolvimento que um país poderia alcançar caso conseguisse realizar trocas comerciais, ou seja, desenvolver o seu poder marítimo.

Essas trocas comerciais, porém, deveriam ser realizadas por navios nacionais e deveriam contar com uma proteção de navios de guerras e portos seguros localizados em pontos específicos dos oceanos. Aqui, podemos notar a importância de uma nação conquistar novos territórios e estabelecer colônias, pois estas, além de se tornarem um importante porto para manter os navios e as mercadorias seguros, poderiam servir como um grande fabricante de produtos e bens, o que ajudaria a desenvolver mais ainda a economia desse país. (BARACUHY, 2021, p. 61).

Já em tempos de guerras, essa proteção deveria ser reforçada para evitar danos aos navios comerciais e perdas econômicas para as nações. Para garantir essa proteção, o desenvolvimento de uma marinha fortemente armada e treinada era de grande e fundamental importância. (BARACUHY, 2021).

Braz Baracuhy, em seu livro “Fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman” publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão” em 2021, simplifica tudo o que foi falado aqui com uma pequena citação que veremos a seguir. De acordo com o diplomata (2021, p. 59):

“A chave para muito da história, assim como para a política, das nações marítimas deve ser encontrada em três elementos: na produção, com a necessidade de trocas de produtos; no transporte, pelo qual o comércio é realizado; e nas colônias, que facilitam e ampliam as operações de troca e tendem a protegê-las, multiplicando pontos de segurança.”

Porém, além dessas colônias, Mahan mostrava que para o desenvolvimento eficaz do poder marítimo de uma nação seriam necessárias mais algumas condições, sendo três naturais e três decorrentes das qualidades particulares de seus habitantes.

A primeira condição natural diz respeito à posição geográfica da nação. Uma nação levaria vantagem sobre as demais caso não tivesse a necessidade de proteger e expandir seu território por terra firme. Se pararmos para pensar nessa linha de raciocínio, podemos afirmar que essa nação em específico seria forçada a desenvolver o seu poder marítimo para poder realizar trocas comerciais e, conseqüentemente, expandir seu território para outros locais do planeta. Um grande exemplo disso é a posição geográfica da Inglaterra, a qual tinha uma vantagem de não ter fronteiras continentais e poder focar todo o seu poder nos mares, diferente da França que precisou dividir o seu poder entre os mares e as suas fronteiras continentais.

A segunda diz respeito às características físicas da nação. As características de clima e relevo são determinantes para decidir se um país deverá o seu poder marítimo ou não, visto que nações com clima e relevo que permitem uma maior produção de alimentos e produtos necessários para a manutenção da sua população não terão uma grande necessidade de investir em navios de guerra e comerciais, ou seja, de expandir o seu poder marítimo. Agora, como exemplo, deixaremos a Inglaterra de lado e observaremos a França, pois esta era um país que possuía terra e clima agradáveis e, por esse motivo, conseguia produzir o necessário para a sua população e não via a necessidade de investir no poder marítimo.

A terceira está relacionada à extensão territorial da nação. Essa condição se refere, especificamente, às fronteiras marítimas e não ao real tamanho de uma nação, uma vez que Baracuhy afirma que “quanto mais fácil atravessá-las para atingir outras regiões, nesse caso, o mar, maior será a tendência de um povo usá-la para relacionar-se com o resto do mundo”. (BARACUHY, 2021, p.67). Portanto, quanto maior a fronteira do país, maior será a tendência de ele desenvolver o poder marítimo.

Contudo, é necessário ressaltar que em tempos de guerra, maior será a dificuldade de proteger e manter os inimigos mais afastados de seus territórios, o que mostra a necessidade de se investir em portos espalhados em sua costa e em locais mais próximos de suas fronteiras marítimas. O exemplo muda de novo, agora saindo dos países europeus e indo para o Estados Unidos, onde a grande fronteira do sul do país durante a Guerra de Secessão facilitou muito o desenvolvimento do poder marítimo, algo que demorou a acontecer devido à baixa densidade demográfica e à baixa qualificação de sua marinha de seu território meridional.

A quarta condição não trata mais do natural, e sim das qualidades particulares de seus habitantes e refere-se ao tamanho da população. A quantidade de pessoas que uma determinada nação deveria estar relacionada com a extensão territorial dessa mesma nação, mas com um grande adendo. Lógico que o tamanho de uma população é importante, mas a quantidade de pessoas empregadas nas atividades marítimas é mais determinante, conforme aponta Baracuhy (2021, p. 77).

O exemplo para a quarta condição volta para os países europeus, em específico para a França e para a Inglaterra. Isso porque a França possuía uma população total muito superior do que a da Inglaterra, porém um número empregado em atividades marítimas muito inferior, o que fez com que os franceses tivessem um grande atraso marítimo quando comparados com os ingleses, tanto em atividades econômicas quanto atividades militares relacionadas com os mares.

A quinta condição é relacionada com as qualidades particulares de seus habitantes e se refere ao caráter nacional. O poder naval de uma nação é determinado, em um primeiro momento, pela aptidão para as atividades comerciais que a nação possui. Sendo assim, as trocas comerciais dão início ao processo de formação do poder marítimo, que pode mudar de foco em períodos de conflitos ou em tempos de paz. Podemos perceber a importância do comércio quando Baracuhy (2021, p. 87) afirma que

“... a tendência ao comércio, envolvendo necessariamente a produção para esse fim, é a característica nacional mais importante para o desenvolvimento do poder naval. Tendo isso e um bom litoral, não é provável que os perigos do mar, ou qualquer aversão a ele, impeçam as pessoas de buscarem riqueza no comércio marítimo.”

Juntamente a isso, temos outro fator importante para determinar o crescimento do poder naval de um país. Trata-se da disposição da nação em fundar colônias prósperas, ou seja, colônias que possuem um ritmo de crescimento natural e que não são influenciadas “pelas demandas e impulsos naturais de um povo”. (BARACUHY, 2021, p. 90).

Para exemplificar isso, podemos falar dos ingleses e dos holandeses, que, em sua mais simples natureza, possuíam um caráter empresarial, comercial, produtor e negociador. Após conseguirem colonizar novas áreas, esses dois países conseguiram um grande avanço de seu poder marítimo, visto que tinham como aumentar a

produção de alimentos e bens materiais, além de terem novos locais para instalar seus portos – ou seja, aumentar a proteção e a segurança de seus navios comerciais.

A sexta condição, e talvez a mais importante, relacionada com as qualidades particulares de seus habitantes, refere-se ao tipo de governo. Em toda a história, tivemos diversos tipos de governos, mas os que mais se sobressaíram e permitiram o desenvolvimento do poder marítimo é o governo despótico. Porém, para que o poder marítimo se desenvolva e se consolide, é necessário que o governo despótico esteja disposto a investir no mesmo, além de saber explorar todas as outras condições. Isso porque parece

“improvável que um governo, atuando de acordo com as inclinações naturais de seu povo, seja bem-sucedido na tarefa de fomentar o crescimento em todas as suas facetas; e, em matéria do poder naval, os sucessos mais brilhantes têm decorrido de governos exercendo uma direção inteligente totalmente imbuída do espírito do povo e consciente de sua verdadeira inclinação.” (BARACUHY, 2021, p. 93).

Mais uma vez o exemplo está concentrado na Inglaterra, visto que ela foi uma nação despótica que buscou constantemente o controle dos mares durante quase toda a sua história. Porém, é necessário ressaltar que sem as demais condições comentadas acima, o poder marítimo de uma nação dificilmente irá se desenvolver.

Por último, é importante salientar alguns pontos que Mahan alertava sobre a Alemanha e a China. Para ele, a primeira tinha uma grande vantagem geográfica – pois se localizava no centro da Europa – e militar – devido ao seu grande poder militar e industrial –, o que poderia fazer com que os alemães se tornassem uma grande potência marítima com a queda do poder naval britânico. Essa rivalidade entre Alemanha e Inglaterra durou até o final da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), quando a Alemanha saiu derrotada para a aliança dos Países Aliados (França, Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia). Baracuhy (2021, p. 203) afirma que “a esse respeito podem ser encontradas evidências marcantes, como o avanço da Rússia na Ásia; a divisão da África, as ambições coloniais da França e da Alemanha e o crescimento naval desta última”.

Segundo Baracuhy (2021, p. 227),

“o interesse da Rússia é, portanto, não apenas chegar ao mar em mais pontos e de forma mais independente, como também adquirir, por posse ou pelo controle, o usufruto de outras regiões marítimas extensas, cujo retorno resulte em prosperidade para todo o império”. (BARUCUHY, 2021, p.277).

Por isso, Mahan alertava aos Estados Unidos que esse país possuía uma vastidão ininterrupta, o que poderia resultar em uma tentativa de expansão de sua influência, principalmente pelo mar. Por esse motivo, ele previu que as grandes potências mundiais – Japão, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha – deveriam tentar frear essa crescente influência russa no mundo.

Durante a Guerra Fria (1945 – 1991), o mundo se viu dividido em dois grupos distintos, os socialistas (liderados pela Rússia) e os capitalistas (potências ocidentais lideradas pelos norte-americanos), os quais tentavam frear a influência mundial um do outro. Como resultado disso, os capitalistas saíram vitoriosos com a queda da União Soviética e, conseqüentemente, da Rússia.

Já em relação à China, Mahan afirmava que essa nação viria a ser uma grande potência mundial nos próximos anos, o que forçaria os norte-americanos a aumentar a sua influência no Oceano Pacífico começando, principalmente, pela anexação do Havaí, algo que aconteceu em 1898 no governo de Willian Mckinley. Ele ainda alertava que caso o Estados Unidos falhasse nessa anexação, o crescimento da influência chinesa sobre o território havaiano iria vir a ser um grande problema para a proteção da influência e a expansão naval norte-americana. (BARACUHY, 2021, p. 204 – 205).

2.1.3 Mackinder

Halford John Mackinder (1861 – 1947) foi um importante geopolítico, diplomata e estrategista inglês. Seus pensamentos e ideias foram essenciais para a geopolítica mundial, pois influenciou diversos movimentos políticos durante toda a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Devido a isso, ele é considerado como um dos fundadores da geopolítica e da geoestratégia. Dentre os seus principais artigos e obras, podemos citar: “The Scope and Methods of Geography”, “The Geographic Pivot of History” e “The Round World and The Winning of the Peace”.

A principal ideia de Mackinder ia de encontro com as teorias do poder marítimo desenvolvidas por Mahan, mas Mackinder acreditava que o poder terrestre era o que ditaria o desenvolvimento e a hegemonia mundial de uma determinada nação mostrando, assim, toda uma rivalidade histórica e geográfica entre o poder marítimo

e o poder terrestre. Surge, então, os primeiros indícios de uma nova corrente geográfica e política que criticava a Talossocracia: a Telurocracia.

Para o pensador, o mundo havia acabado de passar pela “Era Colombiana” – que teve seu ponto de partida no início do século XVI e terminou no início do século XX –, período de aproximadamente quatro séculos, dos quais o poder político mundial se revezava entre Portugal, Espanha, Holanda e a Inglaterra. Esses países eram potências navais na época, mas, para Mackinder, elas iriam entrar em declínio nas próximas décadas.

Esse próximo período é chamado de “Era Pós-Colombiana”, no qual, para o geógrafo inglês, “a colonização do interior da pivot pela Rússia, em conjunto com o desenvolvimento dos transportes terrestres iriam pôr em xeque a consagrada supremacia das potências marítimas europeias e dar potência monopolizadora do Heartland a supremacia mundial.” (MARTINS, 2015, p. 102).

Antes de darmos continuidade nesse tema, é importante analisar o que a área da Heartland representa.

Em primeiro lugar, temos nessa região, de longe, a mais ampla planície da face da Terra. Em segundo lugar, flui nessa planície uma porção de grandes rios navegáveis; alguns deles vão para o norte rumo ao Mar Ártico e são inacessíveis do oceano, porque são obstruídos pelo gelo, enquanto outros fluem em direção a águas interiores, como o Cáspio, que não tem saída para o mar. Em terceiro lugar, há aqui uma zona de campos, que, até o último século e meio, apresentou condições ideais para o desenvolvimento de grande mobilidade por nômades montados em camelos e cavalos.

Vale ressaltar que mesmo o comércio marítimo sendo mais barato, é necessário que passe por quatro fases interligadas: a fabricação do produto, o transporte até o porto de exportação, o transporte até o porto de importação e o transporte até o armazém interior para distribuição de varejo. Por esse motivo, mesmo sendo mais caro, o transporte terrestre tem uma grande vantagem logística, já que o produto pode ser levado diretamente da fábrica que o produziu até o armazém interior para a distribuição de varejo através de ferrovias. (BARACUHY, 2021, p. 300)

Graças ao seu relevo plano e a proximidade com a Europa logo à oeste, a região foi alvo de domínio de vários povos durante toda a história. Dentro os principais povos que já dominaram essa região, podemos citar: Império Huno, Canatos Turnos e Khazares, Califado Árabe, os Impérios dos Seljúcidas e mongóis, Império de Timur, Império Turco-Otomano, Império Safávidas e os Impérios Russo e Soviético. Muitos desses povos – principalmente asiáticos – utilizaram o relevo plano para atacar as civilizações do leste europeu, o que resultou na consolidação das fronteiras dos territórios das nações europeias. Por isso, não é nenhum exagero afirmar que a civilização europeia é, em sentido muito real, o resultado da luta secular contra a invasão asiática. (BARACUHY, 2021, p. 286).

Devido à grande quantidade de povos que exerceram seu domínio sobre a região, a área pivot foi se modificando com o tempo; ora a região se contraía e ora a região aumentava. Sendo assim, três povos merecem destaque em relação à constante transformação dessa área.

O primeiro (Império Turco-Otomano) começou em 1299 e permaneceu até 1923, sendo que ocupou a Ásia Menor, leste e sul da Europa, norte da África, Oriente Médio e parte do Sudeste Asiático.

O segundo (Império Russo) começou em 1721 e permaneceu até 1917, quando foi derrubado pela Revolução de Fevereiro; ocupou diversas regiões além do território russo conhecido nos dias de hoje, como a dominação sobre a Ucrânia.

O terceiro (Império Soviético) representa toda a influência que a União Soviética tinha sobre o mundo; a União Soviética começou em 1922 após a Guerra Civil Russa e permaneceu até 1991, quando acabou sendo dissolvida.

Figura 1 – O mundo conforme o pensamento de Mackinder



Fonte: Brigola (2020)

Juntamente com a área pivot, Mackinder mostra toda a importância da região Euroasiática – chamada, por Mackinder, de World Island – para o poder mundial. Ele mostra que a região em estudo era envolta por um grande oceano, que permitiria grandes expansões comerciais e imperialistas. Além disso, ele afirmava que a World Island cobria uma grande parte de todo o planeta e classificava os outros continentes como ilhas periféricas. Segundo Mackinder (1919, p. 46):

“There is an ocean covering nine-twelfths of the globe; there is one continent – the World-Island – covering two-twelfths of the globe; and there are many smaller islands, where of North America and South America are, for effective purposes, two, which together cover the remaining one-twelfth.”

Em 1904, período que antecede a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), Mackinder atualizou o conceito de “Área Pivot” e chegou a uma nova definição, esta que recebia o nome de Heartland – ou terra-coração. A Heartland, segundo Mackinder, havia perdido em tamanho, mas isso não fez com que ela perdesse importância. Muito pelo contrário, pois agora a Heartland tinha delimitado os seus limites, o que fez com que aumentasse a sua precisão espacial. (ALBUQUERQUE, 2011, p.44)

Pela sua grande importância nesse novo método de se pensar no poder político e econômico mundial, várias nações almejavam dominar a Heartland. Sabendo disso, Mackinder alertou a Inglaterra sobre uma possível mudança da hegemonia do poder político, principalmente no que diz respeito à Alemanha. De acordo com Baracuhy (2021, p. 302),

“a perturbação do equilíbrio do poder em favor do Estado pivô, resultando em sua expansão sobre as terras marginais da Eurásia, permitiria o uso de vastos recursos continentais para a construção de navios. Um império mundial estaria então à vista. Isso poderia acontecer se a Alemanha se aliasse com a Rússia.”

Sendo assim, é importante ressaltar que “as nações dentro do Heartland teriam vantagens em relação as que ficam ao seu redor, numa área denominada inner crescente, embora autores posteriores como Spykman a chamem de Rimland ou anel periférico”. (PEREIRA, 2019, p. 36).

Para o poder político mundial continuar em hegemonia dos anglo-americanos, era necessário que houvesse um enfraquecimento dos poderes territoriais na Eurásia, principalmente na área pivô. Para a manutenção dessa hegemonia, era de extrema importância evitar uma possível união entre a Alemanha e a Rússia. Sendo assim, Mackinder dá origem à uma nova estratégia denominada como “cordão sanitário”. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 27).

Essa estratégia se resumia em criar uma zona de contenção para evitar uma futura união entre as duas potências do continente através da criação de Estados-tampões. Esses Estados-tampões, segundo Albuquerque (2011, p. 27),

“foram desmembrados dos quatro grandes impérios ruídos da Primeira Guerra: o russo, o alemão, o austro-húngaro e o turco. Aos 7 países que compunham a zona de contenção original proposta pelo professor Mackinder – Polônia, TchecoEslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia – somaram-se pouco depois os Estados Bálticos (entre 1918 e 1940) e a Finlândia (a partir de 1917-18).”

Podemos notar que essa estratégia foi eficaz, visto que a Alemanha e a União Soviética (liderada pela Rússia) ficaram em lados opostos na Segunda Guerra Mundial, além de beneficiar para uma nova reorganização do poder político na Europa após o fim desta grande guerra.

Antes de sua morte, Mackinder ainda alertou o mundo sobre a possibilidade de uma nova ordem bipolar devido ao crescimento político da União Soviética e do Estados Unidos, algo que viria a vir acontecer durante o período da Guerra Fria.

Por tudo o que vimos aqui, não é nenhum exagero concordarmos com a famosa frase de Mackinder: “Quem domina a Europa Oriental controla a Heartland; quem domina a Heartland controla a World Island; quem domina a World Island controla o mundo”.

2.1.4 Haushofer

Karl Ernst Nikolaus Haushofer foi um importante general e geógrafo alemão na época da Geopolitik alemã, que teve o seu apogeu do século XVIII até o final da Primeira Guerra Mundial. Dentre as suas principais contribuições, podemos destacar o seu artigo “Dai Nihon” – no qual estuda o desenvolvimento geográfico do Império Japonês – e a criação da revista “Zeitschrift fur Geopolitik” – que compartilhava suas ideias e teorias, sendo de extrema importância para a propagação de seu pensamento geopolítico.

Para entendermos um pouco desse pensador, é necessário compreender a época em que ele vivia. Esse período, como já falado anteriormente, foi marcado pela Geopolitik alemã, sendo que esta era um ramo autônomo da ciência política, mas se diferenciava da geográfica política, pois este representava um sub-ramo da geografia. Segundo o próprio Haushofer (apud Defarges, 2005, p.83),

“[...] a geopolítica fornece a reserva permanente de saber político que se pode ensinar e aprender; este, como uma ponte necessária ao salto para a ação política, como uma espécie de consciência geográfica que conduz ao ato, deve levar ao melhor lugar possível para saltar, ao último ponto sólido para que este salto seja pelo menos executado do domínio do saber para o domínio do poder e não do domínio da ignorância para o do poder, o que seria um salto maior e mais incerto.”

Nascido em 1869, suas principais linhas de pensamento para a Geopolitik tinham como principal objetivo resgatar o poder e o destaque mundial que um dia a Alemanha havia tido antes da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), época em que o imperialismo era fundamental para garantir o desenvolvimento de uma nação. Ao estudar sobre a primeira grande guerra, o general percebeu que a Alemanha sofreu uma guerra que visava o seu aniquilamento e, por esse motivo, o autor passou a desenvolver a ideia de que a Alemanha necessitava se transformar, novamente, em uma grande potência mundial. (ARCASSA, 2011, p.5).

Com a ideia de recuperar a hegemonia alemã mundial, Haushofer conhece Rudolf Hess, outro oficial alemão. A importância de Hess foi fundamental para Haushofer, pois esse era muito próximo de Adolf Hitler, eleito líder do partido nazista em 30/01/1933 e principal figura do Reich III. Percebe-se que essa relação de Haushofer e Adolf Hitler possuía alguns pontos em comuns e algumas contradições, mesmo sendo bem consolidada. Isso porque Haushofer era defensor de um nacionalismo mais conservador, o que fica evidente quando Defarges (2003, p.80-81) declara que

“[...] a posição de Karl Haushofer na Alemanha nazil ilustra bem as contradições que qualquer intelectual encontra face a um regime que não tolera nenhum desvio, mesmo menor, de pensamento. Por um lado, para Haushofer, obcecado com a grandeza da Alemanha e a derrota de 1918, Hitler, pelo menos até 1939, encarna uma Alemanha ordeira, respeitada, que reúne a comunidade alemã, desfaz as iniquidades do Tratado de Versalhes e obriga os seus antigos inimigos, a Grã-Bretanha e a França, a curvarem-se. Por outro lado, o universo mental de Haushofer é o da Alemanha Guilhermina, aristocrática, burguesa e apegada às hierarquias. Terá Haushofer conhecido e compreendido o sistema hitleriano, a sua violência plebeia, a sua violência revolucionária, o seu fanatismo anti-semita e racista?”

Para essa retomada do poder alemão se concretizar, era necessário se atender a alguns pontos fundamentais. O primeiro ponto é referente à necessidade de a Alemanha aumentar os seus territórios, principalmente para o oeste europeu, onde diversos países apresentavam um grande desenvolvimento econômico e político. O segundo ponto trata sobre uma necessidade de unificação da Alemanha, mas não somente em território, mas também agrupar todas as pessoas de descendência alemã em um único território – esse fenômeno recebe o nome de pangermanismo. O terceiro ponto trata da Heartland – como já visto antes, teoria desenvolvida por Mackinder –, onde a Alemanha precisava aumentar a sua influência nessa região e na Rimland.

Para um equilíbrio do poder na Europa, Haushofer afirma que deveria existir uma partilha da Eurásia entre a Alemanha, a Rússia e o Japão. Segundo Mello (1999, p.79), “o haushoferismo advogava uma aliança da Alemanha com a Rússia e o Japão, que deveriam ajustar suas respectivas esferas de influência e formar uma nova constelação de poder na Eurásia”.

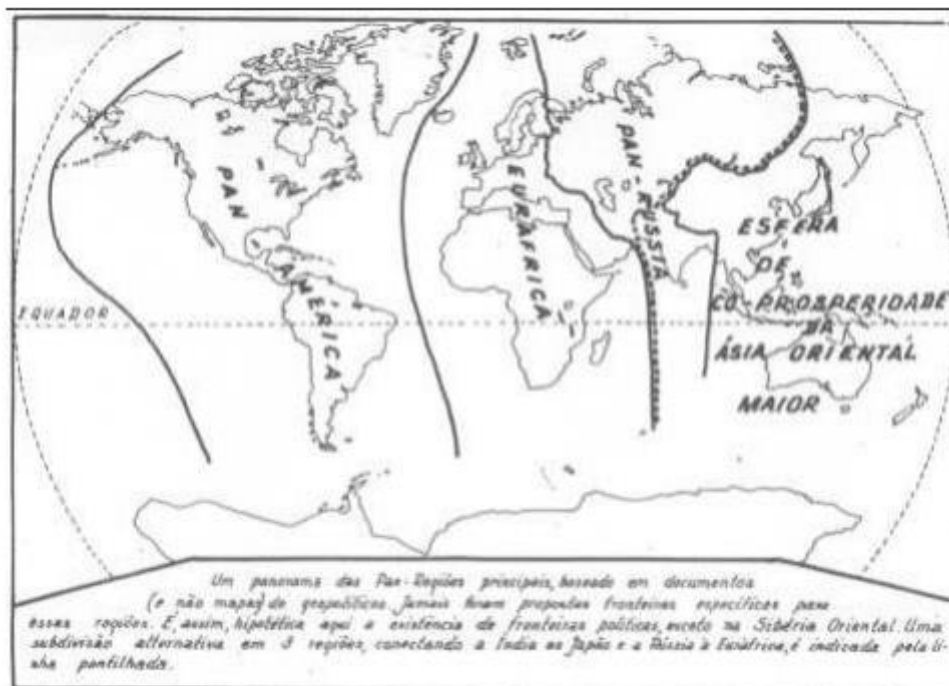
Sendo assim, essa divisão da Eurásia resultaria em três áreas supercontinentais denominadas pan-regiões. A primeira pan-região seria a Euráfrica, que englobaria a Europa, a África e o Oriente Médio e que deveria ser controlada pela Alemanha. A segunda, a Pan-Ásia, que engloba a China, Coréia, Sudeste asiático e

a Oceania e que deveria ser controlada pelo Japão. A terceira é a Pan-Rússia, que engloba a Rússia, o Irã e a Índia e que deveria ser controlada pela União Soviética.

Vale ressaltar que ainda existia uma quarta pan-região, mas esta não estava presente na Eurásia. Estamos falando da Pan-Americana – que englobava todo o continente americano -, que deveria ser controlada pelos Estados Unidos. Porém, dentre as quatro pan-regiões, esta é a que menos apresentava problemas à Alemanha, pelo menos nesse momento, pois estava muito distante devido ao extenso Oceano Atlântico.

Sabendo dessa divisão, cabe nos perguntar: Qual seria o motivo da Alemanha precisar dominar a pan-região Euráfrica? A resposta é bem simples e traz à tona os movimentos imperialistas, algo bem recorrente no final do século XIX e início do século XX. A verdade é que a Alemanha precisava expandir os seus domínios em locais onde pudesse conquistar colônias, pois essas áreas “eram essenciais para a aquisição de matérias-primas [...], principalmente para a recuperação das perdas coloniais da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial”. (O’LOUGHLIN; WUSTEN, 1990).

Figura 2 – As pan-regiões de acordo com Haushofer



Fonte: Brigola (2020)

Se nos atentarmos mais, podemos perceber que essa ideia de partilha da Eurásia era uma tentativa de frear o poder mundial da Grã-Bretanha, pois esse era uma nação que possuía um forte poder marítimo e conseguia exercer a sua influência em várias regiões do mundo.

De certo modo, é possível afirmar que Haushofer “concebia uma constelação anti-britânica de poder, com seu eixo no Heartland russo-soviético, estando o território alemão conectado ao japonês através de uma rede de transporte terrestre”. (ARCASSA, 2011, p.10). Isso faria com que a Inglaterra ficasse excluída das relações comerciais e políticas de toda a Eurásia.

Essa exclusão da Inglaterra – que ficou conhecida como teoria do Cerco – ficou mais próxima de acontecer em 1940, quando a Alemanha invadiu a França e, em poucas semanas de conflitos, conseguiu dominá-la. Essa invasão deu novos ares para a guerra e mostrou que realmente seria possível realizar uma estratégia de cerco à Inglaterra – ou seja, uma estratégia anti-britânica –, além da divisão da Eurásia entre a Alemanha, Japão e Rússia e uma aliança entre esses três países. Segundo Weigert (1946, p.17), “com el Japón de compañero, com los recursos de Rusia a nuestra disposición, el cerco em torno de Inglaterra se apreta más y más”.

Porém, essa aliança entre o Japão, Alemanha e Rússia chegou ao fim quando Hitler rompeu o pacto de não agressão à Rússia e decidiu invadir esse território. A verdade é que, caso Hitler conseguisse invadir e dominar esse território – que basicamente abrange quase toda a Heartland –, haveria um grande desequilíbrio do poder na Eurásia e no mundo, onde a Alemanha estaria no topo.

Um fator determinante para a não conquista do território Russo pelos alemães foi o fato de Hitler considerar a França como principal inimiga, o que fez com que a Alemanha dividisse o seu exército em dois *fronts*: um voltado para a França e outro voltado para a Rússia. Isso fez com que o poderoso exército nazista não conseguisse dominar a Rússia, o que resultou, posteriormente, em uma grande perda material bélico e humano, ou seja, em uma grande perda de poder militar. Sendo assim, a derrota na Segunda Guerra Mundial para a Alemanha se aproximava a largos passos. (BRIGOLA, 2023, p.58).

Após esse grande erro da Alemanha, Haushofer elabora um mapa onde é possível analisar a real situação dos alemães. Nesse mapa, o país aparece cercado

por aviões e tropas inimigas, o que significa que os inimigos estavam prestes a invadir a Alemanha em busca do líder nazista. Isso fez com que aumentasse a “psicose do confinamento”, ou seja, uma fuga e um confinamento exacerbado que os alemães estavam passando próximo ao final da guerra, principalmente Hitler, momentos antes de cometer suicídio. (ARCASSA, 2011, p.10).

Com a morte de Hitler, dos principais generais alemães e a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, a Geopolitik alemã encontra o seu ponto final. A Alemanha se viu obrigada a aceitar algumas imposições mundiais, algo que também aconteceu após o fim da Primeira Guerra Mundial – Tratado de Versalhes, que resultou em um aprofundamento da crise política e econômica da Alemanha –, principalmente a “desnazificação”, desmilitarização, democratização e o desarmamento.

2.1.5 Spykman

Nicholas J. Spykman foi um importante geógrafo e geoestratégico do século 20, quando desenvolveu teorias que influenciaram grande parte da política externa dos Estados Unidos. Nasceu na Holanda, em 1893, e morreu em 1943, nos Estados Unidos, antes mesmo do final da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Dentre as suas principais obras, podemos citar: *Geography and Foreign Policy* (partes I e II), *America's Strategy in World Politics* e *The Geography of the Peace*. Porém, seus pensamentos e teorias serviram como uma estratégia de contenção estadunidense frente ao crescimento do poder da União Soviética durante a Guerra Fria (1947 – 1991).

Antes da entrada do EUA na Segunda Guerra Mundial, o país se via dividido entre dois pensamentos: o isolacionista e o intervencionista. A primeira linha de raciocínio defendia que os Estados Unidos não deveriam entrar na Segunda Guerra Mundial, enquanto que a segunda - adotada por Spykman -, defendia que o Estados Unidos deveria participar na Segunda Guerra Mundial. Essa participação serviria para o EUA “romper com o ostracismo isolacionista, tradição de política externa desde que o país havia sido fundado, e adotar uma conduta proativa e intervencionista no sistema mundial”. (SANTOS, p. 31).

Para mostrar a grande necessidade de o EUA se lançar para além de suas fronteiras, o pensador criou uma teoria denominada de Rimland, baseada na teoria da “Heartland”, desenvolvida por Mackinder e já comentada acima. Spykman enxergava com maus olhos um possível avanço da Alemanha na parte Oeste e do Japão na parte Leste do Coração da Terra – localizado, como já visto antes, no centro da Eurásia.

Após a entrada do EUA nessa guerra e a vitória dos “Aliados” – composto por Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos –, o mundo viu crescer o poder de duas grandes nações: Estados Unidos e União Soviética. Ao mesmo tempo, o Japão e a Alemanha haviam perdido grande destaque e poder mundial, além de terem grande parte do seu território destruído e uma grande dívida econômica a ser paga.

O EUA, tentando aumentar a sua influência e importância em solo europeu, lançou, ao final da Segunda Guerra Mundial, o plano Marshall. Esse plano tinha como objetivo a recuperação econômica, política e infraestrutural dos países europeus afetados pela guerra ao mesmo tempo que tentava frear o crescimento da União Soviética na região da Eurásia – principalmente no centro da Heartland.

Já a União Soviética estava localizada exatamente em cima da Heartland, o que gerava um grande problema para todo o resto do mundo. Isso porque essa nação colhia todos os frutos e benefícios proporcionados por essa riquíssima região, o que poderia acarretar em uma hegemonia do poder mundial sem limites, principalmente se a Europa Ocidental fosse influenciada pelos ideais soviéticos. Essa hegemonia poderia ser confirmada com a queda da Alemanha e do Japão ao final da Segunda Guerra Mundial, pois estes eram os principais países que mantinham a balança do poder mundial em desequilíbrio na Eurásia.

Além dessa grande vantagem que a União Soviética tinha, o pensador alerta que o Estados Unidos possuía uma grande desvantagem caso acontecesse um grande domínio do “Coração da Terra”: as suas fronteiras marítimas. As costas marítimas estadunidenses eram muito extensas, sendo que elas estavam localizadas tanto no Oceano Pacífico quanto no Oceano Atlântico. Segundo Santos (p. 32),

“com esse argumento, somado ao desenvolvimento do poder aéreo durante a Segunda Grande Guerra, Spykman vai de encontro às teorias isolacionistas de que os EUA estariam seguros devido à sua posição geoestratégica bioceânica. Ao contrário, ele destaca a vulnerabilidade dos EUA frente a uma

eventual vitória e domínio euroasiático pela Tríplice Aliança com base na proximidade entre Europa e América do Norte a partir do Pólo Ártico.”

Portanto, frear o crescimento dos países pertencentes à União Soviética na Eurásia era fundamental para o EUA tentar impor o seu poder em todo o planeta, pois a região da Heartland teria um “papel central para o desenvolvimento de um poder terrestre e marítimo de alcance global”. (SANTOS, p. 31).

Para que isso acontecesse, Spykman elaborou uma teoria considerada como uma solução preventiva para o Estados Unidos. A teoria da Rimland, já mencionada acima, defendia que o país deveria voltar a sua atenção para a costa da Eurásia e não para o que Mackinder chamava de “Coração da Terra”, pois, assim, seria possível neutralizar toda a Heartland. Essa ideia é reforçada quando Santos (p. 32) afirma que

“a estratégia de segurança spykmariana consistiria numa projeção mundial dos EUA neutralizando qualquer poder que, eventualmente, pudesse surgir para fazer frente ao poder americano. Enquanto Mackinder propõe um cordão sanitário de isolamento, após a Primeira Guerra Mundial, para separar eventual aliança entre duas potências do Heartland – a Rússia e a Alemanha –, Spykman propõe o controle do Rimland pelo Atlântico e Pacífico, neutralizando eventuais potências que surgissem na Eurásia central.”

Antes, a fronteira marítima estadunidense era um grande problema para a sua segurança, mas agora, com essa teoria, essa fronteira viria a ser um grande facilitador para o EUA propagar o seu poder pelo mundo. Isso porque esse país teria acesso às bordas da Heartland de forma mais irrestrita, tanto pelo Oceano Pacífico – que dá acesso à parte oriental do “Coração do Mundo” – quanto pelo Oceano Atlântico – que dá acesso à parte ocidental do “Coração do Mundo” e às principais potências mundiais emergentes –. (BARACUHY, 2021, p. 398), “apesar do elemento de possível fraqueza inerente ao duplo acesso ao mar, os Estados sempre se esforçaram pelo acesso aos dois por causa da vantagem militar parcialmente compensatória”.

Vale ressaltar que, além das fronteiras marítimas, três pontos fundamentais interferiram nos movimentos geopolíticos estadunidenses, que tinham como intuito, como já mostrado aqui, frear o crescimento do poder da URSS. O primeiro é que o país poderia voltar grande parte da sua força militar para as questões políticas fora do continente americano, pois ele faz fronteira com dois países que não podem ameaçar as suas fronteiras e muito menos oferecer perigo à supremacia estadunidense: México e Canadá. (BARACUHY, 2021, p. 441).

O segundo é que o país conseguia deter uma posição de supremacia naval e aérea sobre o “Mediterrâneo Americano”, o que possibilitaria ao EUA acesso à Rimland. Essa região possuía pequenas nações devido à topografia da América Central, mas um grande potencial comercial para todo o mundo. Devido a isso e ao fato da grande incapacidade militar e econômica do Canadá e do México, a hegemonia estadunidense nessa região poderia ser afetada apenas por países de fora – podemos destacar, aqui, os países do Cone Sul da América do Sul. Por esse motivo, manter a hegemonia nessa região era extremamente necessário para tentar dominar a Rimland e garantir a segurança nacional. (BARACUHY, 2021, p. 442).

Destacamos a importância da América do Sul para debatermos sobre o terceiro ponto. Esse terceiro ponto faz referência à necessidade de o Estados Unidos manter a sua influência e hegemonia em alguns países específicos da América do Sul, denominando essa área como “cone sul” – com destaque ao ABC: Argentina, Brasil e Chile. Porém, devido à grande distância entre o EUA e esses países, essa influência, caso perdida, só poderia ser recuperada através de uma guerra. (SPYKMAN, 1942, p. 42).

Então, para tentar manter essa grande supremacia e influência norte-americana no Cone Sul, o EUA começou a desenvolver relações mais estreitas com esses países a partir do incentivo da “ascensão de ditaduras militares de direita no Cone Sul”. O primeiro país a implementar uma forma de governo autoritário do Cone Sul foi o Brasil (1964 – 1985), seguido pelo Chile (1973 – 1990) e Argentina (1976 – 1983). (SANTOS, p. 33).

Tendo em vista em todos os acontecimentos do século XX, principalmente aqueles relacionados com a ascensão da União Soviética na Heartland após o fim da Segunda Guerra Mundial, é necessário reforçar a tamanha importância de se dominar a Rimland. Essa grande importância ficou clara quando percebemos que “quem controla a Rimland, domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo”. (SPYKMAN, 1944, p. 38).

Vale ressaltar, por último, que posteriormente à teoria da Rimland e como resultado de todos esses movimentos geopolíticos estadunidenses, houve a criação da OTAN.

Observa-se que este conjunto de conceitos elaborados por estes autores fundamentam as ações do Estado no âmbito de sua ascensão territorial. Por sua vez, é preciso considerar que tal processo não pode ser pensado por uma perspectiva de geografismo (SOUZA, 2023), mas marca profundamente a lógica de expansão territorial do capitalismo em sua fase superior, segundo Lênin e Hilferding, na lógica financeira que assume a forma de produção do valor a partir deste momento.

Na perspectiva de Lênin – sob influência de Hilferding -, uma fase de destaque do capitalismo é o Imperialismo, considerado a fase monopolista daquele, porquanto compreende a fusão do capital bancário, no qual se concentra o monopólio, com o capital monopolista das indústrias, ou seja, juntando todo o capital nas mãos de poucos.

Para reafirmar o pensamento apontado, o autor caracteriza o Imperialismo em cinco pontos fundamentais:

1. Os monopólios, criados para concentrar a produção e o capital de uma área determinada, atuando em sua vida econômica.

Conforme afirmam Traspadini e Bueno (2014), tal concentração do monopólio tem como base a premissa de que, a partir do momento em que se amplia o capital de produção, das máquinas e dos equipamentos industriais, há um aumento na produção e na exploração do trabalho, diminuindo o número de trabalhadores formais e, conseqüentemente, fortalecendo a centralização do capital nas mãos de grandes potências.

2. A oligarquia financeira, criada através da fusão entre capital bancário e industrial, funcionando como “capital financeiro”.

Sobre este tópico, Traspadini e Bueno (2014) declaram que os bancos passam de instrumentos de intermédio de compra e venda para “fomentadores das sociedades anônimas”, isto é, adquirem ações de empresas por um determinado valor, mas vendem visando a um lucro exorbitantemente maior, estipulado por eles mesmos, não pelo preço de mercado.

3. A exportação de capitais em lugar de mercadorias.

Após concentrar todo o capital para si, as empresas periféricas precisam de dinheiro para conseguir movimentar seus negócios. Nessa hora, os bancos,

detentores do poder, emprestam capital a elas e, como consequência, fortalecem seu poder em relação aos monopólios, não somente em âmbito nacional, mas por todo o globo.

4. A associação entre monopólios capitalistas de todo o mundo e
5. A divisão territorial do mundo sob o pensamento das potências capitalistas mais importantes.

A respeito dos dois últimos fundamentos de Lênin, Traspadini e Bueno (2014, p. 196) alegam que o:

“fruto do processo de exportação de capitais e da fase de concentração e centralização do capital nas mãos de pouquíssimas empresas por setor, esses gigantes tornam-se um único capital que pulsa e expira-inspira sua violência dominante sobre todas as regiões do mundo. Os grandes capitais monopolistas ditam as regras econômicas, políticas e culturais da produção material da riqueza, estabelecendo um jogo em que a concorrência por recursos e por apropriação privada da produção social da periferia apresenta-se como parte indissociável da composição de seus capitais, cujas sedes estão nos países centrais. Essas dinâmicas tornam-se a ‘velha-nova’ dinâmica da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, como forma de contrarrestar a inerente tendência à queda da taxa de lucro que o caracteriza”. (TRASPADINI; BUENO, 2014, p. 196).

Dessa forma, pelas palavras do próprio autor,

“o imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (LÊNIN, 2011, p. 218)

Traspadini e Bueno (2014) ainda indicam que uma das principais características da sociedade contemporânea é a disputa da hegemonia mundial através de uma política militar-armamentista que se consolidou especialmente no decorrer da 1ª Guerra Mundial, mas que permanece até os dias atuais.

Sendo assim, conclui-se que o Imperialismo tem como principal característica o capital financeiro, fator intrinsecamente relacionado à geopolítica norte-americana, uma vez que os EUA são considerados o país de maior relevância econômica em todo o território terrestre e fazem jus à essência particular do Imperialismo: a rivalidade entre potências para conquistar o poder hegemônico sobre o mundo.

3. OS ESTADOS UNIDOS E O PODER MUNDIAL

3.1 Ascensão norte-americana

De acordo com Fiori (2015), os Estados Unidos foram o primeiro Estado a surgir fora do território europeu; sua economia e geopolítica, entretanto, permanecem dentro da Europa. Isto pois conseguiu consolidar-se como independente em meio ao crescimento inglês decorrente da 1ª Revolução Industrial e prosperar devido, principalmente, ao investimento comercial feito pela Inglaterra.

A partir de sua independência, em 1776 – reconhecida pela Inglaterra apenas em 1782 -, o país envolveu-se em diversas guerras a fim de adquirir uma expansão territorial e política, como as guerras do Texas (1837), do México (1846) e a Guerra Hispano-Americana (1898), as quais aumentaram consideravelmente seu território.

A Revolução Industrial também colaborou para a expansão comercial americana e, conseqüentemente, ajudou-a a tornar-se uma potência. A produção monocultora da região Sul, onde existe um clima favorável ao cultivo e à mão-de-obra era escravista, resultou em exportações e acordos. Assim, por volta de 1820, a população americana já era de cerca de 5 milhões de habitantes, com cada vez mais migrações europeias, cujos cidadãos buscavam, no novo mundo, a liberdade religiosa e fugir dos preceitos absolutistas.

Nessa época, o país viu-se dividido em duas partes: aquelas que eram ou não a favor do sistema escravagista. Assim, com o apoio de George Washington – presidente dos Estados Unidos da América entre 1789 e 1797 -, criou-se um sistema de soberania dupla – cada Delegação tinha poderes próprios, dependendo apenas do Estado Federal. No Senado, Benjamin Franklin adotou a mesma ideia. Com isso, surgiram os partidos políticos, como forma de ligar o governo e a população, sendo os dois principais o federalista (atual Republicano) e o democrático – este com uma linha liberal e, aquele, conservador.

Tota (2018) *apud* Oliveira (2018) aponta os republicanos como responsáveis pelo desenvolvimento industrial americano, que foi impulsionado a partir do século XIX, fato que gerou ainda mais discrepância entre o norte e o Sul, gerando a Guerra da Secessão, ou, popularmente chamada, Guerra Civil Americana (1861-1865).

Outro fator importante foi a descoberta de ouro na Califórnia, em 1848, quando foi construída a primeira estrada de ferro no país a fim de ligar uma costa a outra. E, em 1867, os Estados Unidos anexaram seu último território: o Alaska, que foi comprado da Rússia.

Voltando ao conflito apresentado, havia dois contrapontos: o Norte, pensando em implantar por toda a nação a industrialização, queria acabar com a escravidão que ainda existia no sul dos Estados Unidos. Este, por outro lado, queria manter “o sistema *plantation* de trabalho escravocrata” e, ainda, expandi-lo para as outras regiões. Por esse motivo, em 1861, o Sul se desvinculou do país, criando os Estados Confederados da América – abrangendo os estados de Alabama, Carolina do Sul, Geórgia, Luisiana, Mississippi e Texas. (OLIVEIRA, 2018, p. 20).

Neste contexto, foi eleito como presidente Abraham Lincoln, que não aceitou a separação e lutou a favor da região nortista, mostrando ao seu rival um desenvolvimento econômico, militar e de boa infraestrutura - ao contrário do sul, que tinha apenas grandes líderes, sem exército - e considerando como melhor para a população o crescimento industrial.

Além dos fatores mencionados acima, Oliveira (2018, p. 20) ainda aponta que o chefe de Estado “impediu que suprimentos chegassem ao Sul”. Com as difíceis condições de subsistência, diversos soldados desertaram e, ainda,

“muitos negros migraram para o Norte e lutaram à[sic] favor da União em troca de sua liberdade. Terras sulistas foram confiscadas. Lincoln passa a se definir como abolicionista como uma forma de intensificar sua popularidade. A escravidão foi abolida no território americano em 1º de janeiro de 1863 com a Lei de Emancipação dos Escravos e reafirmada com a emenda constitucional de 1865.” (OLIVEIRA, 2018, p. 20)

No fim do século XIX, os americanos tomaram medidas imperialistas de política externa, conforme aponta Oliveira (2018, p. 32), negociando “materiais baratos e crus para comercializar seus produtos” em negociações ultramarinas. Além disso, com Cuba próxima a sua fronteira, os EUA aproveitaram para dominá-la. Para isso, culparam a Espanha – sob a qual o país ainda estava em domínio – pela explosão de um dos navios americanos ancorado em Havana, demonstrando seu poder militar e culminando na independência de Cuba, Filipinas e Porto Rico.

Nesta situação, os Estados Unidos começaram a progredir cada vez mais, fato que se intensificou após a 2ª Revolução Industrial – com o surgimento do Fordismo –

e a 2ª Guerra Mundial – que deixou a Europa com uma situação econômica instável e dependendo da intervenção norte-americana. Esta época foi especialmente próspera “para os EUA, que pode usufruir dos bens disponíveis para consumo graças a[*sic*] política de austeridade imposta durante o conflito”. (OLIVEIRA, 2018, p. 29).

Remond (1989) *apud* Oliveira (2018, p. 31) declara que havia bons motivos para o crescimento exponencial da América do Norte, pois esta “era rica em recursos naturais, tinha um mercado interno desenvolvido, um fluxo constante de capital e homens,[*sic*] e uma dimensão territorial digna de um continente”.

O crescimento econômico pelo qual a América passou também contribuiu para que mais imigrantes chegassem ao país em busca de trabalho e melhores condições de vida – os Estados Unidos pagavam os salários mais altos em comparação a qualquer país do mundo. A partir de então, o sistema Fordista passou a ser substituído pelo Keynesianismo, aumentando o poderio americano.

De acordo com Fiori (2011), o poder adquirido pelo país norte-americano o colocou no topo, fazendo com que este passasse a liderar a 2ª Guerra Mundial, especialmente após o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, tornando-se responsável por reconstruir e reorganizar o sistema econômico e político internacional, que fora destruído pela guerra.

Neste contexto de 2ª Guerra Mundial, a briga entre os países aliados com a Alemanha seguiram as estratégias indicadas para a conquista mundial pelo Haushofer, enquanto os americanos se baseavam nas teorias de Spykman, que os ajudaram a vencer e a manterem-se no alta com a Guerra Fria.

Apesar de manter-se no poderio – fator que é ainda verdadeiro -, os Estados Unidos também já passaram por algumas quedas, importante para fortalecê-los.

Além de perderem a guerra do Vietnã, passaram por diversos revezes políticos e diplomáticos após o Tratado de Paz, em 1973, em variados países, como no Afeganistão e Irã e, ainda, na América Central e na África. Tudo isso resultou no abandono do sistema monetário internacional que haviam criado em Bretton Woods como um aspecto de forte crise, somado à recessão da economia mundial e na alta dos preços de petróleo.

No entanto, a nação resolveu utilizar os contrapontos ocorridos como uma oportunidade para mudar sua política econômica internacional e sua estratégia geopolítica.

Assim, pode-se considerar que a ascensão dos Estados Unidos se deu, majoritariamente, pela “PAX Americana”, modelo que transformou Nova Iorque no maior polo capitalista do mundo e proclamou o domínio econômico da nação sobre o mundo, intensificado após o fim da Guerra Fria, em 1991. Começou-se, então, a falar sobre uma “Nova Ordem Mundial”, sendo proclamado o país norte-americano como uma superpotência com o maior poder militar do mundo, de acordo com Wallerstein (1998) *apud* Rua (2001).

3.2 A Geopolítica Americana

Para analisarmos a geopolítica americana, é preciso analisar alguns autores. Dentre eles, o historiador, professor e cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira, cuja obra “A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio” (2013) é fundamental, além de outros livros e artigos relacionados ao assunto.

No livro indicado, o pesquisador procura demonstrar que, desde o pós-Guerra Fria, os Estados Unidos desenvolveram duas novas formas de política. Por um lado, o país preza pela organização de um sistema internacional – que inspire outros países a serem iguais a este – e, de outro, instaura o *regime change* – com o objetivo de transformar regimes soviéticos/comunistas em capitalistas. Nesse período foi comum presenciar golpes de Estados, que deram origem a duras ditaduras – que, depois, foram renegadas pela política de direitos humanos.

A respeito dessa ‘briga’ entre o capitalismo e o socialismo, podemos nos referir ao pensamento de Mackinder em relação à obtenção de uma liderança ultramarina.

“Na concepção geoestratégica mackinderiana, a hegemonia do poder marítimo atlântico dependia do enfraquecimento dos poderes terrestres da Eurásia, em especial de uma possível aliança entre o gigante territorial da Área Pivô, a Rússia, com o país mais industrializado do centro da Europa, a Alemanha.” (BRIGOLA, 2020, p. 48)

Não obstante, é relevante lembrar que, antes desse período histórico, como afirmado no capítulo anterior, os EUA já tinham uma visão estratégica para arrematar

países para dentro de seu território – nem que fosse apenas formando uma comunidade com outras nações. Tal fator pode ser representado pela 1ª Conferência Pan-Americana, que aconteceu em 1889, em Washington, EUA, a qual o Estado usou com o objetivo de manter sua hegemonia sobre todas as Américas, “conquistando e assegurando as fontes de matéria-prima e os mercados da América do Sul para as suas manufaturas”, mas que não funcionou completamente pela oposição de dois países sul-americanos: Chile e Argentina. (BANDEIRA, 2008, p. 11).

Para Mahan, os governos deveriam ter propostas distintas, porém complementares, para serem usadas uma em caso de guerra e outra, de paz.

A conduta a ser tomada em caso de paz consistia “em desenvolver sua indústria e transportar, através do mar, os bens produzidos, além de garantir a formação de uma marinha de guerra para proteger a marinha mercante”. (BRIGOLA, 2020, p. 43).

Por outro lado, em outro caso, “uma marinha de guerra vigorosa deveria ser a prioridade, compatível com o tamanho do comércio marítimo e com os interesses nacionais”. (BRIGOLA, 2020, p. 43).

Sob esse viés, considerando a proposição de Mahan sobre poder ultramarino dos Estados Unidos, este sabia da importância de controlar as ilhas caribenhas para conseguir dominar o mar, especialmente a partir dos oceanos Pacífico e Atlântico, para favorecer as rotas comerciais.

Dessa forma, os pontos estratégicos apresentados por ele eram Suez, Gibraltar e Malta a fim de conquistar geopoliticamente a Jamaica, Cuba e o Panamá, pois, para o estrategista, quem controlasse esses lugares, conseguiria, então, controlar o México, visão que pode ser comparada com a teoria heartland, de Mackinder. Essas localizações podemos ver no mapa abaixo.

Figura 3 – Triângulo do Caribe



Fonte: Violante (2015)

Ainda em relação ao pensamento de Mahan, os elementos que deveriam ser considerados para que tal conquista obtivesse sucesso são o tamanho do território e da população, afinal “um vasto litoral despovoado se transformava em uma fraqueza”. Com base nisso e nas potências marítimas de Portugal e da Espanha do século XVI, o geoestrategista visionou as melhores maneiras para conseguir fortalecer o comércio através do mar.

Dentro do exposto, para Rua (2001, p. 26), “é necessário comparar a fase isolacionista dos anos 1920-1941 com aquela de intervencionismo total dos anos 1941-1991 para concluir que os EUA parecem inventar um terceiro modo [...] de engajamento”. Este ‘novo’ modo, conforme o próprio autor, é o globalismo/internacionalismo, ou seja, procura manter o poder em relação ao resto do planeta – visto o seu protagonismo internacional -, implementando o conhecido *American way of life*.

A respeito disso, é válido ressaltar que Spykman foi um grande incentivador da aliança dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial. Em 1943, o estrategista defendeu a necessidade de uma estratégia anglo-americana, bem como uma hegemonia, a fim de, juntos, governarem o mundo no pós-guerra – o que, de fato, aconteceu.

Além disso, o geoestrategista supracitado defendeu que os EUA deveriam proteger e reconstruir a Alemanha depois da guerra para afastar a União Soviética daquela região, bem como o Japão, pensando em uma futura China ameaçadora.

Nesse ponto entra em evidência a geoestratégia de Mackinder sobre o território chamado Heartland euroasiático.

Segundo as palavras de Brigola (2020, p. 50),

“o novo Heartland era muito menor que a Área Pivô, passando de 23 para 13 milhões de km². Com essa nova configuração geopolítica do mundo, o geógrafo britânico termina por criar um último conceito, o Midland Ocean, mais precisamente a porção norte do oceano Atlântico. Portanto, a partir dessa nova visão de mundo, o cenário bipolar e as tensões mundiais se encontrariam entre a potência terrestre do Heartland, referindo-se claramente à URSS, e a potência marítima do Midland Ocean, referindo-se aos Estados Unidos.”

Desse modo, é possível entender que a principal meta do país americano era estabelecer uma hegemonia em relação aos demais países: política e militar – com bases terrestres, aéreas e navais -, sobre os sistemas de informação e comunicação, sobre os “organismos econômicos internacionais” – “como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional” – e sobre os recursos naturais – principalmente de ex-colônias. (BANDEIRA, 2013).

Rua (2001, p. 28) explica tais objetivos através das palavras de Tavares e Melin (1998) quando afirma que, com a derrota da antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), “criou-se uma situação de instabilidade estrutural em que a tendência a uma hierarquização do poder político internacional centralizada na potência hegemônica [...] limita, decisivamente, a eficácia dos Estados Nacionais como agentes de poder soberano”. E esse foco específico na geoeconomia, para os autores citados por Rua (2001, p. 28), “demonstra como a concepção globalista/internacionalista vai ultrapassando a concepção realista/neo-realista”.

Bandeira (2013) nos lembra que o ano da queda do regime comunista em diversos países que faziam parte do Bloco Soviético (1989) foi o mesmo em que George H. W. Bush assumiu a presidência dos EUA como sucessor de Reagan. Aqui entra a importância da China no cenário mundial. O estudioso afirma que, desde 1986, a população chinesa, em especial os estudantes e intelectuais, queria o fim do regime aplicado por Deng Xiaoping – que gerou transformações políticas e econômicas no

local -, sem êxito, citando o episódio da Praça Tiananmen, em Beijing, quando em média 2.000 pessoas morreram em um conflito contra as tropas do exército chinês.

A República Popular da China, a partir de 1978, idealizado pelo presidente Xiaoping, iniciou uma política de abertura econômica. Logo, Bush viu-se interessado em aumentar as relações internacionais em paz com esse governo. Além disso, conforme aponta o historiador, a aliança com a China – por ser a segunda maior potência mundial – seria de extrema relevância enquanto o poder militar da União Soviética mantivesse-se em alta.

Um tempo depois, em 1990, Bush voltou-se ao Oriente Médio, para o qual assinou um decreto – denominado *secret intelligence finding* – pedindo que Saddam Hussein fosse removido de seu cargo no governo do Iraque, destinando milhões de dólares para que o golpe fosse realizado. Apesar de não ter exatamente funcionado – Hussein permaneceu no poder e, ainda, passou a controlar uma parte da reserva mundial de petróleo -, o plano fez com que ele obtivesse certa influência em países como Turquia, Irã e Síria, principalmente porque declarava uma guerra sem precisar referir-se à democracia e os direitos humanos, visto que o Iraque e o Kuwait não eram países democráticos.

Enquanto isso, os EUA continuavam a realizar intervenções militares em outros países, usando a defesa humanitária como pretexto, para expandir sua estratégia e economia. A Somália foi uma região de grande interesse, já que possuía grande reserva de petróleo e também de gás natural. Por isso, em 1992, o presidente norte-americano enviou uma guerra civil ao país, conhecida como *1st Special Forces Operational Detachment-Delta*.

Tal guerra resultou em êxitos, como a construção de estradas para transportar petróleo, porém acarretou uma derrota, em 1993 – por voltar de 500 somalianos vieram a óbito, bem como 19 soldados americanos. Assim, em 1994, o então presidente da América, Bill Clinton, retirou as tropas americanas da Somália.

Ainda durante o governo Bush, o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, general Colin Powell, recomendou ao governo que este mantivesse uma credibilidade para se prevenir contra qualquer competição militar, fizessem com que a Rússia e o Japão não voltassem a se militarizarem e com que a União Europeia não se torne potência militar, e demarcou novas missões às Forças Armadas dos países

latino-americanos, tais quais manter somente as capacidades militares que forem necessárias para defenderem-se e comprometerem-se com suas alianças, conterem o narcotráfico entre outros. (BANDEIRA, 2013).

Na mesma época, Dick Cheney, secretário de Defesa do governo dos EUA, confirmou, através da divulgação de um documento oficial, que os Estados Unidos tinham, como principal missão no pós Guerra Fria, impedir o surgimento de poderes rivais europeus, asiáticos ou pertencentes à antiga URSS, pois tinha o objeto de manterem-se como única potência mundial. Esse fato trouxe uma certa 'ilusão' para a população norte-americana, pois criou-se uma consciência na Casa Branca de que o Estado-nação era militarmente ameaçador ao restante do mundo, o que tornava menor a possibilidade de uma guerra a qualquer instante.

Passando para o período que compreende o governo Clinton (1993-2001), este seguiu, estrategicamente, a agenda política internacional que seus antecessores republicanos, continuando a manter a soberania de sua nação perante o resto do planeta. Foi nessa fase que o serviços militares norte-americanos foram privatizados – situação já idealizada durante a era Bush.

Com essa implantação, expandiram-se os chamados *Private Military Contractors* (PMCs), que nada mais eram que mercenários que tinham autorização, em nome de seus patrões, para agirem com violência, como aponta Scott (2009) *apud* Bandeira (2013). Scahill (2007) *apud* Bandeira (2013) escreveu que esses mercenários praticavam violência à sangue-frio, atuando sem se importarem com as consequências, motivo pelo qual eram os matadores mais temidos de todo o mundo.

Essa estratégia demonstrava que a prioridade de Clinton era conter o terrorismo na América, circunstância anunciada em 1995 pela própria Casa Branca, porque previam que, no início do século XXI, os terroristas seriam a maior ameaça não só para os Estados Unidos como para o mundo, uma vez que havia altas chances de esses obterem armas químicas, biológicas e nucleares. Nesse caso, Bandeira (2013) diz que o presidente sabia que era preciso um engajamento internacional para manter a segurança econômica e nacional dos EUA.

Apesar dessa visão no futuro, Bandeira (2013) comenta em sua obra que os EUA não abandonaram a mentalidade da Guerra Fria e, por essa razão, Clinton desfez alguns compromissos assumidos por George H. W. Bush com Mikhail Gorbachev,

líder da União Soviética entre os anos de 1985 e 1991, e ampliou a OTAN até fronteiras russas, incluindo países pertencentes do Bloco Socialista, como Letônia, Lituânia e Estônia. Através disso, encorajou o desmembramento da Iugoslávia e ajudou na implementação de um regime democrático em outros países que integravam o grupo.

A partir de 1994, os Estados Unidos expandiram seu domínio sobre a Ásia Central – Turcomenistão, Cazaquistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Quirguistão (*Heartland* da Eurásia, apresentada no mapa abaixo) – com a estratégia de diminuir sua dependência do Golfo Pérsico em relação ao petróleo.

Figura 4 – Heartland da Eurásia



Fonte: Bandeira (2013)

Isso aconteceu após descobrirem que, na região do Mar Cáspio, havia grande potencial de gás e petróleo. Para que funcionasse – visto a região ser rodeado pelo Oriente Médio, Ásia do Sul, Rússia e China -, a segurança norte-americana instaurou governos que permitiriam a liberação do comércio e uma economia de livre mercado, justamente para controlar o transporte de petróleo e gás.

Nessa região, Clinton estimava haver uma reserva com cerca de 160 bilhões de barris, número que demonstrava um papel de relevância na demanda de energia mundial. Além disso, o autor afirma que cálculos previam que, em 2050, esse local proveria cerca de 80% do petróleo que os EUA importariam. Então, militarizou as rotas de transporte – entre o leste do Mediterrâneo e a China ocidental – a fim de manter a segurança e o controle dessas fontes de energia. O projeto geopolítico para esse feito pode ser observado na imagem a seguir, retirada do livro de Bandeira.

Figura 5 – Rotas de transporte do petróleo importado pelos Estados Unidos.



Fonte: Bandeira (2013)

Em 2001, no início na nova era Bush, com o então presidente George W. Bush, filho do ex-presidente George H. W. Bush, os Estados Unidos visavam ao aumento do fluxo de petróleo por todo o território nacional, por conta de uma redução do estoque que houve na Califórnia após seguidos episódios de apagões em decorrência da manipulação do mercado.

Bandeira (2013) classifica os atos terroristas de 11 de setembro de 2001 contra as torres-gêmeas como uma verdadeira guerra, ao tratá-los como um crime horrível contra pessoas indefesas e inocentes. Isso fez com que o então líder norte-americano iniciasse uma guerra infinita do bem (EUA) contra o mal (Estado Islâmico). Nessa guerra contra o terrorismo – “*War on Terror*” -, o fator primordial era a captura de Usamah bin Ladin, apontado como o líder, pelos Estados Unidos, da al-Qaeda.

Assim, após os atentados, os EUA decidiram invadir o Afeganistão, intensificando a militarização e assegurando o aumento das fontes de energia natural, além de iniciar uma operação contra os Talibãs, que haviam tomado o território afegão em 1996, planejadas desde antes de setembro. O Iraque também foi alvo de invasões pelo governo Bush, cujo alvo principal era Sadam Hussein, sobre o qual havia alegações de possuir armas de destruição em massa (NEVES, 2012).

Em conformidade com Hobsbawn (2007) citado por Gastaldi (2017, p. 17), “o que ocorre é que a política atual dos Estados Unidos tenta inventar um “inimigo” que substitua a anterior ameaça comunista para legitimar o emprego e a expansão de seu poder global”.

Para a realização desses feitos, a liderança americana viu uma necessidade de replanejamento. Assim, para iniciar o século XXI como maior potência mundial, o chefe de Estado reformulou suas estratégias e intensificou ainda mais seu poderio militar. Outrossim, começou a trabalhar com uma “estratégia de capacidade”, ou seja, concentrar-se atentamente em meios de serem ameaçados para saber o que será necessário para se defender ou impedir os ataques. (NEVES, 2012).

Sobre isso, Gastaldi (2017) faz uma crítica, pois afirma que o único objetivo político dos grupos terroristas é o de propagar suas ações, ou seja, o de ser reconhecido, mas não de matar. Mesmo assim, uma estratégia adotada por Bush para proteger seu Estado-nação foi a de não distinguir terroristas com países que os abrigavam, julgando a todos como inimigos, conforme apontado por Bandeira (2016, p. 82). De acordo com tradução própria, em seu pronunciamento sobre o assunto, apresentado no livro do historiador, “Nós não vamos apenas lidar com aqueles que ousam atacar a América, vamos lidar com aqueles que dão abrigo a eles e os alimenta”.

Essa estratégia fez parte da já instaurada Doutrina Bush em parceria com a *freedom agenda*, criada primeiramente com o objetivo de atacar regimes comunistas ditatoriais, como a Venezuela e a Coreia do Norte, a fim de aplicar o já citado *regime change*.

Fazendo um adendo aqui, a parceira citada no parágrafo anterior foi essencial para que os Estados Unidos expandissem ainda mais suas metas políticas, econômicas e militares em países pertencentes à Eurásia, na região do Cáucaso,

constituindo tensões contra a atual Rússia, que viam como problemática a instalação de tropas estadunidenses na Geórgia.

É possível perceber, a partir da leitura de Bandeira (2013), que a antiga URSS estava certa em preocupar-se. Essa investida americana visava a aumentar a OTAN, incluindo países pertencentes à dominação russa. Nessa época, a instalação de tropas militares em solo da Geórgia foi fundamental para a geoestratégia e economia americana por causa do transporte de petróleo.

Outro país do Oriente Médio tomado pelos EUA após o 11 de setembro foi a Arábia Saudita, que, embora enriquecesse bastante com as negociações de petróleo, viu-se preocupada com a “ocidentalização” no país, que começava a ultrapassar os preceitos islâmicos. Tal preocupação advinha, de modo absoluto, da população árabe, a qual presenciava uma desigualdade social cada vez mais crescente a partir de 2006 – já que todo o acordo com a América rendeu riquezas apenas ao monarca e sua família.

Em 2002, o presidente norte-americano anunciou que os EUA investiriam em guerras preventivas para não ficar na defensiva, utilizando até mesmo armas nucleares, fato que permaneceu com a eleição de Barack Obama, em 2008. Nessa época, a “*War on Terror*” passou a se chamar “*Overseas Contingency Operations*” (OCO), mas continuou operando da mesma maneira, implementando intervenções militares pela região do Oriente Médio, como o Afeganistão, para onde o então líder de Estado enviou 30 mil soldados ao longo do seu primeiro mandato.

De acordo com estudos de Gastaldi (2017), os governos Bush e Obama gastaram em torno de 4 trilhões e meio de dólares com essas guerras ao Iraque e ao Afeganistão e os gastos militares em 2011 foram maiores do que em qualquer outro momento importante a partir da 2ª Guerra Mundial.

Tudo isso, como fora dito, não era apenas por conta dos atentados. A grande relevância do Oriente Médio advinha da quantidade de petróleo que havia no Golfo Pérsico. Pesquisas demonstradas por Gastaldi (2017) mostraram que essa região possuía aproximadamente 700 bilhões de barris de petróleo, o que corresponde a 61% da oferta mundial de que se tinha noção em 2007, chamando a atenção, em grande escala, da maior potência do mundo.

3.2.1 A OTAN

Para entender o que foi essa organização, fazer-nos-emo uso do livro “A desordem mundial – O espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias”, de Bandeira, publicado no ano de 2016.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi uma estratégia estadunidense de se sobressair sobre a extinta URSS e a Alemanha – que havia sido derrubada há pouco na 2ª Guerra Mundial. Criada em 4 de abril de 1949, seu objetivo era manter a influência norte-americana sobre países da Europa Ocidental para defender-se – de um modo coletivo –, adentrando a Alemanha para conter a Rússia (BANDEIRA, 2016).

Já nos anos 50, a OTAN começou a avançar sobre o ocidente e incorporou a Turquia e a Grécia para poder controlar o Estreito de Bósforo, impedindo que a frota militar soviética avançasse em caso de guerra, fato que funcionou da maneira esperada, visto que isso corroborou para o fim do imperialismo soviético.

Ao descrever ao pé da letra a declaração do secretário-geral da Aliança à época, Hastings Lionel Ismay, Bandeira (2016, p. 59) aponta como propósito dessa organização militar “*to keep Americans in, the Russians out and the Germans down*”.

Foi exatamente nesse contexto que houve uma intensificação da Guerra Fria, já que os EUA, ao subordinarem militarmente os países pertencentes à Europa Ocidental, dividiram o território deste continente em duas partes opostas – ocidental, que seria o “mundo livre” e oriental, como o “comunismo totalitário”. (BANDEIRA, 2016, p. 59).

Destarte, a Europa Ocidental passou a contar com uma forte expansão financeira dos Estados Unidos, com o crescimento de bancos americanos, com a multilateralização do comércio, com o livre câmbio além do ideal de democracia e liberdade travando o conflito com a União Soviética e suas consequências, como a guerra armamentista, as guerras civis e os golpes militares (BANDEIRA, 2016).

Para a realização desses feitos – e com o intuito de acabar de vez com a URSS, impedindo-a de aumentar suas fronteiras – a OTAN reuniu-se com diversas organizações paramilitares, como a Gestapo – agente da Alemanha Nazista – e os

serviços da Itália Fascista, além da CIA e do comando central do Pentágono. (BANDEIRA, 2016).

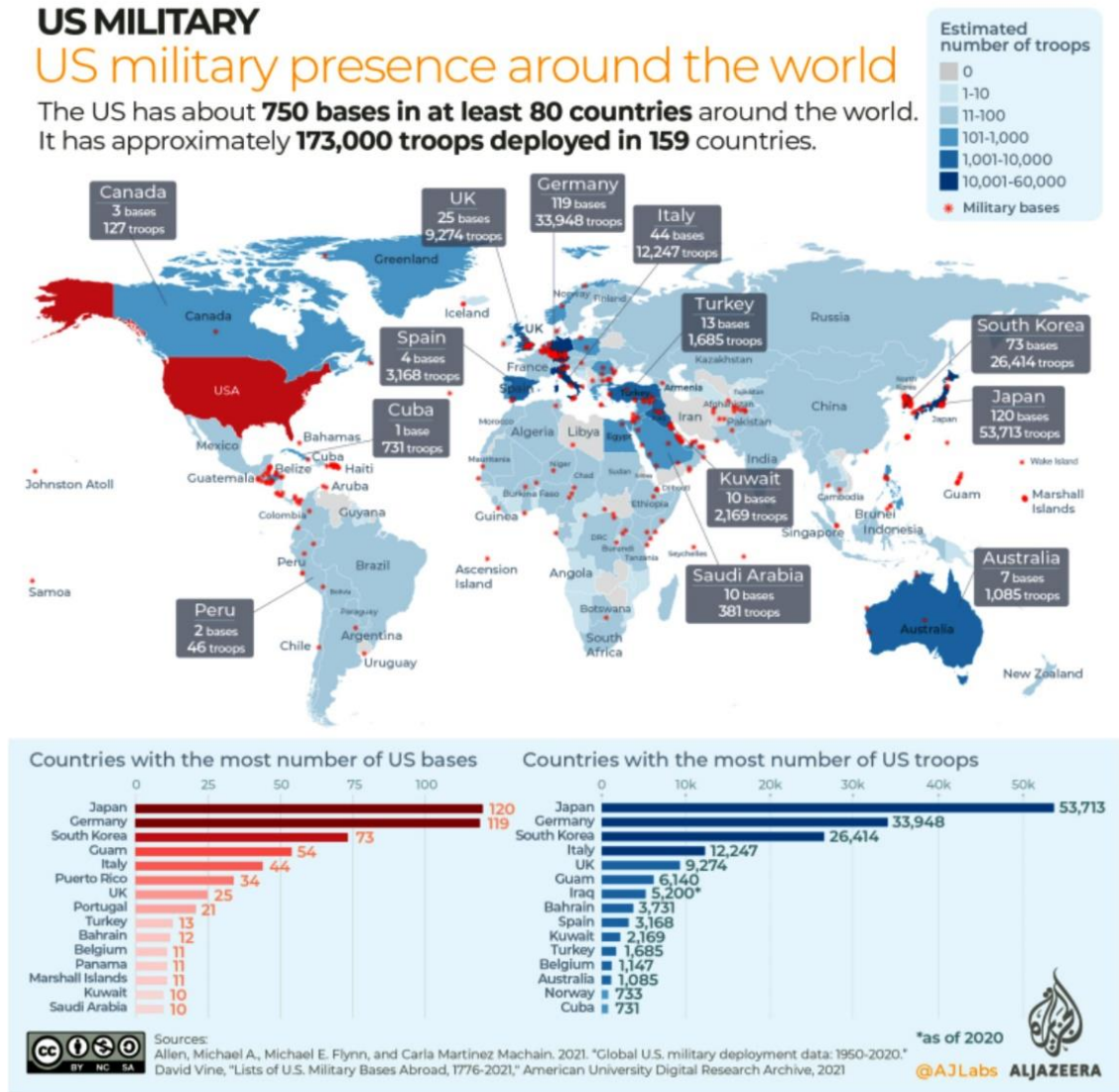
Bandeira (2016, p. 60) menciona que o Estado norte-americano, com a explicação de vencer o comunismo, chegou a alcançar as raias de um “totalitarismo profascista”, acusando artistas, escritores e outras personalidades de traição, subversão e deslealdade sem provas a fim de que ninguém criticasse suas metas, praticando uma intensa “campanha de repressão doméstica” ao usar a violência sob todas as coisas.

Hoje, a OTAN conta com 30 países. Dentre esses somente 12 estão desde o início: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.

Os outros países são: Turquia e Grécia – que entraram em 1952 –; Alemanha Ocidental – que entrou em 1955–; Espanha – que entrou em 1982 –; Polônia, República Checa e Hungria – que entraram em 1999 –; Romênia, Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Lituânia e Letônia – que entraram em 2004 –; Albânia e Croácia – que entraram em 2009 –; Montenegro – que entrou em 2017 –; e Macedônia do Norte – que entrou em 2020.

Com o final da Guerra Fria, o EUA ainda continua tentando manter a sua influência e hegemonia em todo o mundo, principalmente através de relações comerciais, políticas e de guerras, como é possível observar na imagem abaixo, a qual expõe a quantidade de bases militares americanas ao redor do mundo.

Figura 6 – Bases militares estadunidenses ao redor do mundo.



Fonte: Forças de Defesa (2022)

Além disso, OTAN segue viva e os movimentos geopolíticos estadunidenses ficaram concentrados no Oriente Médio – localizado na região da *Rimland* –, mesmo que por um curto período.

3.2.2 O mercado militar estadunidense

Segundo pontuações de Bandeira (2016), o uso da violência militar é algo consistente na política norte-americana. Isso foi usado em vários períodos da história do país, como na Guerra do Vietnã e na caça aos subversivos. Assim sendo, o mesmo

método estilo fascista foi aplicado por Bush, após os atentados de 2001, na invasão ao Iraque, igualando-se ao que Hitler fazia antes do início da 2ª Guerra Mundial.

Baseando-se nesse regime, Bush assinou, em 2006, leis que se assemelham ao que se denominou “fascismo branco no poder”, o qual aparenta fazer parte de uma democracia, mas coloca o sistema militar e policial à frente. Tais medidas, entre outras atrocidades, concedeu total liberdade aos serviços de inteligência e segurança americanos para interrogar prisioneiros islâmicos – caracterizados como terroristas – através da tortura, abuso sexual, medicação sem consentimento e constrangimentos em geral.

Como informado anteriormente, o presidente estadunidense, a partir de 2002, passou considerar ogivas nucleares para sair da defensiva, situação que se manteve com a posse de Obama – embora não tenham utilizado.

Dados de 2014, apresentados por Bandeira (2016), mostram que os EUA contavam com cerca de 1600 armas nucleares, enquanto sua principal rival, a Rússia, possuía por volta de 70 a menos. Em relação a isso, o autor afirma que o arsenal nuclear russo se aproxima consideravelmente ao da OTAN.

É fato que a ‘briga’ entre os Estados Unidos e a Rússia tem raízes históricas, como já foi explicado. Nesse sentido, é fundamental compreender o que cada um tem feito para manter-se no pódio. Destarte, informações retiradas do SIPRI – Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, responsável por investigar conflitos, controle de armas, armamento e desarmamento – (2023) indicam que Estados Unidos lidera o ranking de despesas militares com 39%, seguido por China, com 13%, e, só então, a Rússia, com 3,9%.

De qualquer modo, a Rússia possui estratégias para aproximar-se da OTAN, expandindo sua base naval. Bandeira (2016) relata que, em 2014, essa nação tinha instalações militares apenas três países vizinhos – Armênia, Quirguistão e Tajiquistão – mas ampliou para a Crimeia, uma vez que navios da OTAN acessam o Mar Negro com frequência. Outrossim, esse lugar é um ponto chave para carregar armas destinadas à Síria.

Ademais, com a política militar norte-americana aumentando exponencialmente ao acrescentar novos territórios à Organização, o líder comunista,

Vladimir Putin, sancionou uma nova lei militar, considerando a OTAN o maior inimigo do país; a maior ameaça à segurança. Desse modo, a Rússia passou a demonstrar poderio nuclear e ausência de medo para usá-lo, o que seria uma advertência aos Estados Unidos e à Ucrânia, à época, e que acabou desencadeando a guerra, que se iniciou fisicamente em 2022 e permanece no cenário atual.

4. CONCLUSÃO

A análise bibliográfica presente nesse artigo nos mostrou como a teoria geopolítica de Mahan foi fundamental para o início da organização do poder ao longo da história. Ao longo do surgimento de novas teorias, como a Heartland e a Rimland, vários países conseguiram se desenvolver e aumentar o seu poder, o que resultou em um aumento de suas influências pelo mundo, principalmente a alemã e a estadunidense.

Tentando garantir o monopólio do poder mundial, os Estados Unidos começaram a desenvolver a sua indústria e economia. Isso começou com a Primeira e Segunda Revoluções Industriais, mas só se intensificou com a Conferência de Berlim e os movimentos imperialistas. Esses fatores, aliados com a destruição causada às principais potências ocidentais pela Segunda Guerra Mundial, criação da OTAN e a adoção de uma política intervencionista, fizeram com que o país garantisse um domínio político, econômico e militar sobre as principais potências mundiais ao mesmo tempo em que lutava contra o avanço do socialismo sobre essas nações.

Trazendo a OTAN para os dias atuais, percebemos que existe uma relação muito conturbada entre os Estados Unidos e a Rússia, visto que o país euroasiático declarou a OTAN como sua principal inimiga depois da possível entrada da Ucrânia na organização militar. Com a provável relação amigável entre os Estados Unidos e a Ucrânia, Vladimir Putin viu como saída exercer seu poder político e militar na Ucrânia, o que resultou em uma guerra no início de 2022 e que dura até os dias atuais.

Antes do fim da Guerra Fria, a China começou a ganhar muito destaque no cenário mundial graças ao governo Xiaoping, que realizou uma profunda abertura econômica. Esse processo aproximou os Estados Unidos ao país chinês, já que era importante manter uma relação de paz no mundo bipolar marcado pela força capitalista e socialista.

No final da década de 1990 e com o fim da Guerra Fria se aproximando, os Estados Unidos começaram a realizar diversas intervenções militares no Oriente Médio, afirmando que estava lutando pelos direitos humanos e contra os grupos terroristas; entretanto, a verdade é que o país queria aumentar a sua dominação nos países próximos à União Soviética, evitando, assim, o fortalecimento de nações do continente asiático e rivais europeus. Vale ressaltar que os países dessa região

possuem grandes reservas de petróleo, produto fundamental para a sobrevivência estadunidense.

Com a queda do muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e da União Soviética, os Estados Unidos conseguiram garantir Nova Iorque como o principal polo econômico, informacional e capitalista do mundo proclamando, assim, o poder econômico norte-americano sobre o mundo.

Posteriormente a esses movimentos no Oriente Médio, os Estados Unidos começaram a voltar a sua atenção para o Mar Cáspio, onde tentaram aumentar a sua influência política, militar e econômica na região devido ao descobrimento de ricas jazidas de petróleo e gás natural.

A invenção de um novo inimigo que substituiria o socialismo e a constante intervenção estadunidense no Oriente Médio desencadeou um dos mais violentos episódios da história do país. Em 11/09/2001, um ataque contra as torres gêmeas fez com que o governo norte-americano realizasse constantes intervenções militares no Afeganistão, onde o país aumentou o seu material bélico e humano ao mesmo tempo que controlava todos os recursos naturais no país. Outro país que sofreu com a ocidentalização estadunidense foi a Arábia Saudita, onde os norte-americanos conseguiram um grande aliado na exploração e na comercialização do petróleo.

Essa nova guerra contra o terrorismo fez com que o governo dos Estados Unidos liberasse a interrogação dos terroristas através de práticas violentas e aumentasse os gastos militares. Esses fatos são perceptíveis quando analisamos, respectivamente, as leis assinadas pelo governo Bush – nas quais as atividades policiais e da inteligência secreta ganharam grande autonomia – e mercado bélico estadunidense, no qual o país é o que mais possui gastos militares.

5. REFERÊNCIAS

ALVARES, Ticiana de Oliveira.; PADULA, Raphael. A parceria Sino-Russa e a disputa pela Eurásia: imperativos geopolíticos e alianças conjunturais pelo controle do continente basilar. **Journal Volume & Issue**, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. DOI <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p196>

ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro de; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; VALE, Ana Rute do. A dimensão política no espaço – Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas, MG: **Editora Universidade Federal de Alfenas**, 2019. Capítulo: Geopolítica e ideologia: o neoeurasianismo e a questão da quarta teoria, por SOUZA, José Gilberto; CAMARGO, Felipe Rodrigues de.

ARCASSA, Wesley de Souza; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. Karl Haushofer: A geopolitik alemã e o III Reich. **Departamento de Geografia da FCT/UNESP**, Presidente Prudente, n. 11, v.1, p. 1-14, jan./ jun. 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A importância da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v.24, n.50, p. 7-35, jul./dez. 2008.

_____. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2013.

_____. A desordem mundial – O espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. **Editora Civilização Brasileira**, 1ª edição, 2016.

_____. **Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2011.

BRIGOLA, Higor Ferreira. As relações geopolíticas dos EUA com a América do Sul na gestão de Barack Obama (2009-2016): continuidade ou rupturas na política externa estadunidense? **Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, 2020.

FERNANDES, Claudio. "Império Otomano"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/imperio-turco-otomano.htm>. Acesso em 19 de junho de 2022

FERNANDES, Florestan. Ratzel. São Paulo: Editoria Ática S.A. 1990.

FIORI, José Luís. **História, Estratégia e Desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. Ed. Boitempo Editorial, São Paulo – SP, 280 p., 2015.

FIORI, José Luís. **Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana**. Brasília, DF: **CEPAL**. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

FIORI, José Luís. Nicholas Spykman e a América Latina. Sinpermissão. Disponível em: <https://www.sinpermissao.info/textos/nicholas-spykman-y-amrica-latina>. Acesso em: 28 out. 2023.

FORÇAS DE DEFESA. **Infográficos: presença militar dos Estados Unidos em todo o mundo**. Redação Forças de Defesa. 15 fev. 2022.

FUGULIN, Paulo Anderson. Geografia Política e Geopolítica. **Diálogos Acadêmicos IESCAMP – ReDAI**. vol. 4, nº.2, ago-dez, 2020.

FULINI, Raquel; SOUZA, José Gilberto de. A destruição teórica da geografia do Estado no pensamento de Claude Raffestin. **XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia** – 10 à 15 out. 2021.

GASTALDI, Fernanda Castro. PETRÓLEO E HEGEMONIA: a política externa estadunidense para o Oriente Médio nos governos George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016). **Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, MG, 2017.

KAROL, Eduardo. Geografia Política e Geopolítica no Brasil (1982-2012). **Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. Edição Eletrônica (e-book) com apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. – Campinas, SP: **FE/UNICAMP**, 2011.

MATIAS, Átila. "Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/otan.htm>. Acesso em 21 de junho de 2022.

NEVES, André Luiz Varella. Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectiva para a Defesa do Brasil. Brasil: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, p. 403-436, 2015. Capítulo: A Geopolítica dos Estados Unidos no século XXI: as implicações para a política de defesa do Brasil.

OLIVEIRA, Ana Carolina da Silveira Gonçalves Lins de. A política externa norte-americana: o primado dos Estados Unidos assegura a estabilidade internacional? **Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa**, Lisboa, 2018.

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. Trad.: Maria Cecília França. **Ed. Ática**, 1993.

RATZEL, Friedrich. **O solo, a sociedade e o estado**. Traduzido de “Le Sol, la Société et l’État – L’Année Sociologique” (1898-1899), Paris. Tradutor: Mário Antonio Enfrásio, 1982.

ROCHA, Dyego Freitas.; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 5, nº 1, p. 1-14, jan./jun. 2014.

RUA, João. A Geopolítica Americana no Pós Guerra Fria. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, RJ, n. 10, p. 23-33, 2º semestre de 2001.

SCIULO, Marília Mara. “O que você precisa saber do Império Russo”; **Revista Galileu**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2019/08/o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-imperio-russo.html>. Acesso em 19 de junho de 2022.

SCOTT, Margaret; ALCENAT, Westenley. Revisitando o pivô: a influência da teoria da Heartland na política das grandes potências. **Colégio Macalester**. 2008.

SIPRI. “Military expenditure”; **Sctockholm International Peace Research Institute**. Disponível em: <https://sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-and-military-expenditure/military-expenditure>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SOUZA, José Gilberto de. O Pensamento Espacial e a Geografia Pragmática: Réquiem para o passado. **Revista da Anpege**. v. 18. nº. 36, 2022. DOI 10.5418/ra2022.v18i36.16336

SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. **AGRÁRIA**, São Paulo, nºs. 10/11, p. 99-130, 2009.

THEORODO, Leonardo. “Pacto de Varsóvia: a aliança militar dos soviéticos”. **Politize**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/pacto-de-varsovia/>. Acesso em 19 de junho de 2022.

TRASPADINI, Roberta; BUENO, Fábio Marvulle. Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI. **REBELA**, v.4, n.2, mai./ago. 2014.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **R. Esc Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 22 –260, jan./jun. 2015.